



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 19ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 1º Período da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 16 de junho de 2015.

1

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Décima Nona Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao Primeiro Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas e vinte e cinco minutos, ocasião em que não foram constatadas ausências. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Agradecemos a presença do Dom Dario, dos membros do conselho da Santa Casa e dos alunos da Escola Luis Marques. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações**: 1114, 1115, 1116 e 1117/2015 – Osmar da Silva; 1118, 1119 e 1123/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 1120, 1121, 1138, 1139, 1140 e 1141/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 1122/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1142, 1143, 1144 e 1145/2015 – José Carlos Amaral; 1129, 1135 e 1136/2015 – Lucas Moulais; 1130, 1131, 1132, 1133 e 1134/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 1137 e 1148/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 1146/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1147/2015 – Ely Escarpini; 1149, 1150, 1151, 1152 e 1153/2015 – Luis Guimarães de Oliveira. **Requerimentos**: 912, 913, 914, 915, 916, 918, 919, 920, 922, 923, 924, 925, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937 e 955/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 917 e 926/2015 – Brás Zagotto; 921/2015 – Carlos Renato Lino; 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953 e 954/2015 – Delandi Pereira Macedo; 956, 957, 958, 959 e 960/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 961, 962 e 963/2015 – José Carlos Amaral. **Projetos de Lei**: 119, 120, 121 e 122/2015 – Poder Executivo. **Projetos de Resolução**: 12/2015 – Mesa Diretora; 13/2015 – Osmar da Silva. **Projetos de Decreto Legislativo**: 150, 151, 152, 154, 161 e 195/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; 153/2015 – Lucas Moulais; 155, 173, 174 e 175/2015 – Osmar da Silva; 156, 167, 171 e 184/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 157, 158, 159 e 160/2015 – Elias de Souza; 162, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209 e 210/2015 – Mesa Diretora; 163, 164, 165 e 166/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 168, 169, 170, 180 e 188/2015 – José Carlos Amaral; 172 e 194/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 176, 177, 178 e 179/2015 – Brás Zagotto; 181, 182 e 183/2015 – Delandi Pereira Macedo; 185, 186 e 187/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 189/2015 – Ely Escarpini; 190, 193 e 198/2015 – David Alberto Lóss; 192/2015 – Lucas Moulais; 196 e 197/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 211, 212 e 213/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti. **Ofícios**: 241/2015 – PMCI – Soraya Hatum de Almeida – Secretária

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2

Municipal de Administração e Serviços Internos; 403/2015 – Geraldo Alves Henrique – Presidente Executivo do IPACI; 285 e 286/2015 – PMCI – Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim; 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680 e 681/2015 – PMCI – Umberto Batista da Silva Júnior – Coordenador Executivo de Relações Políticas; 198/2015 – Deputado Estadual Dary Pagung – Presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Conforme diálogo entre todos os vereadores, cumprimos o Regimento Interno, priorizando a discussão e votação do projeto de reajuste para o funcionalismo público municipal. Peço que seja citado o número do projeto. / **Luis Guimarães de Oliveira, levantando questão de ordem:** — Apesar de não ser o líder do prefeito, solicito que o Projeto de Lei 121/2015 seja colocado em discussão neste momento. Vereador Amaral, a proposta favorece os funcionários e, por isso, estamos juntos. / Na sequência, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 121/2015 – Poder Executivo** (Dispõe sobre a correção do valor da Unidade Padrão de Vencimentos – UPV's – de que trata o artigo 14 da Lei Municipal 6.095, de 07/04/2008, o reajuste dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, e dá outras providências). / **José Carlos Amaral:** — Boa-tarde a todos, ao Bispo Dom Dario, ao conselho da Santa Casa e à Mercedes, que sempre me atende muito bem. Cumprimento também os queridos alunos do Colégio Luis Marques, o qual, na gestão de Ferraço, foi este vereador que conseguiu verba para a construção do mesmo, assim como daquele posto médico que hoje fica no Conjunto Ruy Pinto Bandeira, pois, antes, toda aquela região era chamada de Bairro Aeroporto. O secretário de Educação era o professor David Lóss, quando foi inaugurado o Colégio Luis Marques Pinto. Quanto ao projeto que traz a correção dos salários dos servidores, é para mim motivo de tristeza, pois sei que há na prefeitura um monte de cargos de confiança recebendo 2 mil e 800 reais, 3 mil reais, 4 mil reais; enquanto isso, a correção dada aos demais servidores fica abaixo do índice da inflação, sem contar que, no ano anterior, não foi dada nenhuma reposição. Hoje, o percentual oferecido é de 3%, 4%. As pessoas que ocupam cargos de confiança são privilegiadas e recebem salários altos. No meu bairro mesmo há um monte deles à toa, e só na Rua Apóstolo Pedro, casa N° 30, se não me engano, moram cinco, todos com salários de 2 mil e 800 reais a 4 mil reais; aí, os servidores da prefeitura que fizeram concurso e dão sua vida pelo Município, a exemplo de motoristas e de operadores de máquinas, não chegam a receber nem 1 mil reais. Vemos muitos mamando em cargos comissionados, distribuídos para partidos políticos, amiguinhos e companheiros, e acaba faltando dinheiro para dar a reposição pelo menos no percentual inflacionário. Fazer o quê? Manda quem pode, obedece quem tem juízo, só que eu, senhores, não tenho nenhum e, por isso, fico até com vontade de votar contra. Vejam quando foi a data-base. Vereador Elias de Souza, no passado, V. Ex.^a foi oposição comigo aqui, no governo de Valadão, contra tudo e contra todos, e as atas da Casa estão aí para mostrar isso; agora, o seu partido, que é o PT, ganhou, e V. Ex.^a também mudou. Aprendi com V. Ex.^a na oposição, lá atrás, e é onde continuo marcando a minha presença do meu jeito. Não regredi nem progredi, aprendi com o senhor, que foi meu professor e deveria continuar ensinando o seu aluno, mas

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3

não é isso o que está acontecendo, porque é outro partido que está no poder. Eu tenho o direito de me expressar, porque uns ganham muito; outros, quase nada. Se mandassem embora um pouco desses cargos comissionados, talvez, pudessem ajudar mais esses servidores concursados da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim. Essa é a minha posição, e exijo respeito para com ela, pois sempre respeitei a dos outros. Meu professor Elias, o senhor tinha que estar comigo, pois foi com V. Ex.^a que aprendi. / **David Alberto Lóss:** — Eu só quero dizer que o índice de reajuste é mínimo, mas pelo menos estamos aqui com um projeto que revoga o artigo 24 da Lei 5890 e cumpre o artigo 37 da Constituição Federal. O artigo 6º desse projeto diz: “O Município de Cachoeiro de Itapemirim deverá reservar pelo menos 50% dos cargos de confiança constantes de sua estrutura administrativa para os servidores públicos municipais efetivos, em consonância com o artigo 37 da Constituição Federal”. Então, Vereador Amaral, se forem um mil e duzentos efetivos, por exemplo, 50% dos cargos de confiança serão ocupados por eles, e isso é importante, inclusive era algo pelo qual eu brigava nesta Casa. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Só para esclarecer, o Vereador David está comentando sobre outro projeto, e não é o que está em discussão. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — O vereador, em parte, tem razão, porque luta por melhorias para os funcionários. Nós, pela Constituição Federal, enquanto vereadores, ficamos impossibilitados de apresentar esse tipo de projeto. Até poderíamos propor uma emenda, aumentando o percentual de reajuste, mas essa seria uma proposta inconstitucional, e é melhor conceder de 3,5% a 4% do que nada. O vereador não altera esse tipo de projeto para não incorrer em inconstitucionalidade. / Prosseguindo, o **Projeto de Lei 121/2015**, acima descrito, **foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / **José Carlos Amaral:** — Votei a favor, mas protesto por conta do tamanho do reajuste. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Neste momento, vamos interromper os trabalhos da sessão para ouvirmos a Sra. Nercedes Canal, superintendente da Santa Casa de Misericórdia, e também o Dario Campos, que é presidente do conselho deliberativo, que, no tempo de dez minutos, farão uma explanação sobre o atual momento enfrentado pela entidade. Convidamos os conselheiros a tomarem assento no plenário. / **Dom Dario Campos:** — Meu irmão, Vereador Júlio Ferrare, presidente desta Casa legislativa do nosso Município, e demais irmãos vereadores, os meus votos de paz e de bem. O meu muito obrigado por nos ouvir. No dia 27/04/2015, a nossa Santa Casa de Misericórdia realizou a sua assembleia, de acordo com seus estatutos. Nesse momento, houve a troca da presidência e de alguns membros do conselho, algo rotineiro em nossa instituição. Logo em seguida, fomos surpreendidos com uma comunicação do Sindicato dos Médicos de uma greve, fato que ocorreu. Essa presidência recebeu apoio de vários segmentos da nossa sociedade, do povo de modo geral, do Poder Executivo do Estado e do Legislativo, ou seja, os nossos deputados. Essa situação está no momento num profundo diálogo com os nossos médicos, procurando dar ao nosso povo o que de melhor a nossa Santa Casa pode oferecer. O estranho foi que desta Casa, em vez de apoio, fomos informados pelos meios de comunicação (jornais) de um grande questionamento sobre a gestão da Santa Casa. Por isso, em busca da verdade, solicitamos à presidência desta Casa a ata de tal sessão. Diante de tal fato, pedimos um espaço nesta reunião para apresentar a nossa versão, pois, até o momento, não fomos procurados por nenhum dos senhores vereadores para saber como a Santa Casa está sendo

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4

gestada. A nossa Diocese, anos atrás, foi convocada ao enfrentamento dos desafios existentes na Santa Casa, onde até as camas estavam penhoradas. Houve uma ousadia do então Bispo Dom Luis Mancilha Vilela, só que ele e o novo conselho não imaginavam o tamanho gigantesco da tarefa a ser assumida. Foi um ato de coragem. Dom Luis e um grupo de voluntários abnegados formaram o conselho deliberativo. Coragem para assumir algo que se propunha invencível e de fé, pois só Deus seria capaz de nos dar as forças necessárias para chegar onde estamos agora, tarefa hercúlea que exigia de nós a ousadia de atos conjuntos e sincronizados. Foram dados passos seguros para a estabilização financeira. Assumimos com afinco a parte do novo pronto-socorro, UTI (s) novas e a construção de uma nova lavanderia que está sendo executada. Tivemos a ousadia de lançar uma nova gestão para a Santa Casa Castelense. Conseguimos manter em dia os nossos compromissos de filantropia e financeiros, pois estávamos até sem as certidões negativas. O grupo gestor se empenhou em dar uma presença firme e constante na condução da entidade. Formamos um corpo unido, sempre com interesse no aspecto humano, em favor do povo pobre do nosso Sul do Estado, seja na direção dos nossos colaboradores, seja em direção aos que necessitam de nossos serviços, mas nem tudo foi realização positiva. Tivemos sérias dificuldades que seriam fontes seguras de manutenção. Na esfera federal, as destinações das emendas parlamentares, algumas chegaram, graças à presença dos nossos irmãos políticos no âmbito federal, outras estão estagnadas, sem se saber quando serão liberadas. Na esfera estadual, a novela da contratualização sufoca os nossos compromissos, apesar da boa vontade do Poder Executivo. Isso nos leva a um aperto, às vezes, financeiro com os profissionais médicos, com os fornecedores e com os funcionários. Em nível municipal, é pouco incentivo e muita crítica. É hora de a gente caminhar, senhor presidente, de mãos dadas em benefício do nosso povo do Sul do Estado. Quem olhar no retrovisor da nossa história vai perceber esses altos e baixos. Graças a Deus, tivemos mais altos do que baixos. Pulamos de uma previsão de pouco mais de 5 milhões no nosso primeiro balanço financeiro para mais de 50 milhões nessa nossa última assembleia, como veremos daqui a pouco. Ousadia! Com certeza, devemos muito aos nossos companheiros de caminhada, ao conselho, que sofrem conosco, mas que também se alegram em cada conquista e em cada passo dado em direção ao bom desempenho de nossa Santa Casa de Misericórdia e do asilo mantido pela mesma. O meu muito obrigado por este espaço e por nos ouvir. Passo a palavra agora, para uma pequena demonstração, ao Dimas e à Nercedes, para que tenhamos uma visão global da nossa Santa Casa. O meu muito obrigado, e que Deus continue a abençoar o trabalho desta Casa em prol dos nossos irmãos e irmãs, em nossa querida cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Deus os abençoe em seus trabalhos. Meu agradecimento também ao Vereador José Carlos Amaral, que nos deu a notícia de que propôs uma emenda para a Santa Casa, no valor de 200 mil reais, ainda a ser liberada. / **Nercedes Canal:** — Quero cumprimentar o Sr. Júlio Ferrare, presidente desta Casa, e estendo o cumprimento e respeito a todos os vereadores e ao público aqui presente. Os meus agradecimentos a Dom Dario e a todos os conselheiros, que deixaram hoje seus afazeres de empresário, de advogado, de sacerdote, aliás, todos aqui presentes desempenham um trabalho de sacerdócio, porque são todos voluntários da Santa Casa. Estamos aqui para apresentar aos senhores e senhoras o resultado do trabalho desenvolvido pela Santa Casa desde 1999, ano em que foi fechada por quarenta e cinco dias e

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

que vivia um período de falência e descrédito. Nessa época, Dom Luis Mancilha teve a audácia de assumir a instituição, quando quase ninguém acreditava nela, apenas alguns poucos abnegados. Para ganhar tempo, vamos apresentar um relatório sucinto comparativo aos últimos quinze anos de gestão. Vale ressaltar que os números que vamos apresentar foram extraídos do balanço que passa por auditoria independente e do relatório de atividades, que passa pela aprovação da assembleia geral, igualmente o balanço. É um trabalho que teve a participação dos conselheiros anteriores, inclusive daqueles que pediram a sua não renovação para 2015. Está aqui presente a Dra. Maria Lúcia, que não renovou, mas continua cuidando do lar dos idosos, assim como os demais conselheiros que não renovaram para terem um descanso merecido. A crise é nacional e muito grave, segundo os economistas, mas nem é preciso ser economista para perceber isso. Vou entregar um documento para conhecimento do presidente da Câmara, Exmo. Sr. Júlio Ferrare, e do presidente da Comissão de Saúde, Sr. Rodrigo Pereira Costa, que nos foi enviado pela Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil e pela FEHOFES para mobilização da campanha “Acesso à Saúde – Meu Direito É Um Dever do Estado”. A primeira etapa dessa campanha será desenvolvida em 29/06 em nível municipal; depois, virão as etapas estadual e federal. A iniciativa visa esclarecer a sociedade sobre a situação de subfinanciamento do SUS. Após a apresentação do relatório, estarei à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Os assuntos que por ventura não soubermos responder de pronto, comprometo-me a apresentá-los posteriormente. Esse primeiro quadro mostra a capacidade instalada da Santa Casa, em duas colunas, uma referente ao ano de 1999 e outra, ao de 2014. Em 1999, tínhamos 347 funcionários, 08 leitos de UTI, nada de UADC, 80 leitos de enfermaria e 20 leitos particulares, totalizando 108 leitos; em 2014, já temos 863 funcionários, e o somatório de leitos foi para 208, praticamente dobrando a nossa capacidade. Passamos de 10 máquinas de hemodiálise para 34. Peço-lhes que observem os percentuais de evolução. No quadro de pessoal, o crescimento foi de 149%; no de leito de UTI, 212%, de UADC, 100%, de enfermarias, 62%, particulares e convênios, 75%, total de leitos, 93%, número de máquinas de hemodiálise, 240%. No que se refere a salas cirúrgicas, não conseguimos evoluir em número, pois tínhamos 07 e continuamos com as mesmas. Quanto ao número por setores, temos que, em 1999, o pronto-socorro prestou 17.600 atendimentos, número de internações 5.100, e ambulatório 5.400, sendo que não tínhamos ortopedia, centro cirúrgico, 3.000, 1.200 partos, serviços de diagnóstico, 40.000. Olhando a coluna seguinte, os senhores podem ver que o atendimento no pronto-socorro passou de 17.000 para 73.000, num crescimento de 316%. O número de internações passou 5.000 para 13.000, num crescimento de 155%; atendimento no ambulatório, de 5.000 para quase 10.000, num crescimento de 90%; o centro cirúrgico, passou de 3.000 para 5.800 procedimentos, num crescimento de 190%, e olhem que, como já disse, não tivemos aumento do número de salas cirúrgicas. Então, crescemos em número de atendimento sem aumentar a nossa capacidade instalada. O número de partos passou de 1.200 para 2.240, crescendo 73%; de laboratório, raio x e por aí afora, passamos de 40.500 para 360.400, num crescimento de 789%; hemoterapia, passamos de 2.500 para 6.300, num crescimento de 153%; no setor de hemodiálise, fazíamos 4.200 sessões e passamos para 24.000, num crescimento de 474%. Aqui vale ressaltar que, no período de 1999, quando o hospital ficou fechado por 45 dias, o único setor que continuou

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

aberto foi o de hemodiálise, pois não tínhamos para onde transferir esses pacientes, já que o tratamento não pode ser interrompido. Nós nunca nos esquecemos de elogiar o grupo que teve sensibilidade humana com aquele setor. Quanto à fisioterapia, não tínhamos ninguém, e, no ano passado, conseguimos fechar com 50.000 fisioterapias e já temos mais de 20 fisioterapeutas, sendo que o CTI e o pronto-socorro passaram a contar com esses profissionais durante 24 horas. Isso, senhores, para melhorar a resolutividade para os pacientes e não haver interrupção do tratamento. Em 1999, tínhamos um número de 79.000 procedimentos e passamos para 570.000 no ano passado, numa evolução de 615%. Quanto ao número de refeições, já que o hospital é como se fosse uma cozinha industrial, houve um crescimento de 86%; serviço social, arquivo de prontuário, transporte e lavanderia também cresceram. Na lavanderia, por exemplo, houve um crescimento de 300%, o que demonstra o número crescente de atendimentos em relação a 1999. Ora, quanto mais se atende, mais roupa se utiliza. O mesmo raciocínio vale para a central de esterilização. O serviço de manutenção, que, na época, não tinha nenhuma formalidade, já tem um número pronto. Muitos dizem que a Santa Casa recebe uma fortuna e, agora, podem observar as contas do hospital, lembrando que estamos vendo a receita operacional e a despesa operacional. Em 1999, tínhamos um faturamento de 369 mil reais contra uma despesa de 540 mil reais, com um resultado operacional negativo de 170 mil reais; em 2014, de 369 mil reais passamos para 5 milhões 978 mil reais, com um crescimento de 1.520%, e a despesa operacional de 540 mil reais para 5 milhões 841 mil reais, um crescimento de 981%. No ano passado, o nosso resultado operacional foi de 136 mil, com um crescimento de 80%. Quanto às contas mais significativas das nossas despesas, temos a folha de pagamento mais encargos sociais, que era de 169 mil reais, em 1999, e passou para 2 milhões e poucos mil reais, num crescimento de 1.230%. O sobreaviso médico e repasse de produção eram de 46 mil e 800 reais, lembrando que, na época, o médico não recebia sobreaviso. Tínhamos médico de plantão no pronto-socorro e na UTI, e as especialidades médicas não recebiam nada para irem até o hospital atender aos pacientes internados no pronto-socorro, enfermarias e assim por diante. O que eles recebiam era produção, aquilo que o SUS pagava, e o convênio. De lá para cá, muitas coisas mudaram, muitos pleitos foram feitos em 2002, e começou-se a pagar um sobreaviso pequeno, redundando num crescimento que, em 2014, passou para 1 milhão 659 mil reais, com um crescimento de 3.445%, se comparado a 1999. A contratualização do SUS, a qual Dom Dario se referiu, não existia em 1999 um contrato formal de serviço, de prestador com o Estado. Trabalhávamos pelo SUS, juntavam-se as contas e mandava-se para a Secretaria de Saúde pagar. Fechamos o nosso orçamento de 2014 com 4 milhões 498 mil reais, e não há como fazer o comparativo anterior. A nossa dívida acumulada em 1999 foi apurada, depois de muito trabalho, em 34 milhões e 200 mil reais, e, em 2014, nós adquirimos um pouco mais, chegando a 37 milhões 537 mil reais, com um crescimento de 10%. Quanto aos recursos captados para investimento federal, não tínhamos esse serviço em 1999, e o que aparece em 2014 não é o somatório de anos anteriores e chega a 485 mil 153 reais de captação de recursos das esferas federal e estadual. O quadro que está sendo mostrado foi feito pelo nosso auditor independente, que é uma demonstração do endividamento da Santa Casa comparado com o ativo total e a receita, mostrando o que era em 1999 e como está em 2014. Como eu disse, são

6

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7

dados do balanço publicado e auditado, e não há nenhuma invenção. O quadro está dividido em geral bancário e tributário. O endividamento relativo ao ativo, prendendo-me à coluna do geral, que é o de curto e médio prazo, na vermelha, é 33% comparado com o ativo, representando 233%. Em 2014, estávamos em 75%. Então, de 233% veio para 75%, o que foi uma proeza. A tela seguinte é o endividamento comparado com a receita do hospital, sendo que o raciocínio é o mesmo, ou seja, em 2000, olhando-se o geral bancário e tributário. Prendendo-me à coluna vermelha, referente ao geral, digo que a dívida representava 318%, enquanto, em 2014, essa coluna caiu para 61%. Ali, estamos vendo o relatório da evolução dos recursos captados para investimento de fonte federal e estadual. Sempre escutamos nos jornais que a Santa Casa recebeu tanto e, depois, mais tanto, e fica parecendo que o hospital recebeu isso duas, três vezes, mas os dados reais são esses que os senhores estão vendo. A nossa captação de recursos foi estruturada em 2007, se não me falha a memória, e, em 2008, tivemos um trabalho árduo, porque o hospital estava sucateado, faltando equipamentos, sendo muito complicado fazer a manutenção dos mesmos, já que quanto mais usados maior é o gasto com consertos, e conseguimos os 10 milhões e 800 mil reais num trabalho de garimpeiro nas esferas que citei. Assim, foi dada a primeira alavancada do hospital quanto a essa parte de equipamentos, principalmente passamos a ter uma pequena parte de recursos para obras no pronto-socorro, no CTI e na unidade de internação nova, que está hoje servindo ao povo. Em 2009, foram 7 milhões e 500 mil reais; em 2010, 2 milhões e 400 mil reais; em 2011, 2 milhões e 500 mil reais; em 2012, 2 milhões e trezentos mil reais; em 2013, 4 milhões e 600 mil reais, e em 2014, 5 milhões e 476 mil reais. Nesse período, conseguimos um recurso de 35 milhões e 300 mil reais, o que possibilitou que o hospital estivesse com todo o seu parque de equipamentos novos e seminovos. Vale dizer que esse é o famoso recurso carimbado, que, se foi destinado para a compra de “x”, não se pode comprar o “y”. Às vezes, as pessoas se perguntam o porquê de termos conseguido tantos milhões e mesmo assim o salário ter atrasado no mês, mas é porque o recurso não pode ser misturado. Se o salário atrasou, foi porque o governo não pagou dentro do prazo, e é ele o nosso maior comprador de serviços. Assim, ficamos sempre à mercê dele quanto às datas de pagamento. Finalizando, digo que, no segundo semestre do ano passado, nós enfrentamos um dos períodos mais difíceis. Quando digo nós, estou me referindo a todos os outros hospitais em nível de Estado e de Brasil, pois esperávamos renovar uma contratualização de 2014 com um reajuste pelo menos para fazer frente às convenções coletivas de agosto e aumento de água e luz, mas, para a nossa surpresa, o que foi que o governo nos mandou? 20% de corte. Então, se tínhamos em 2014 um orçamento de pouco mais de 4 milhões de reais, tivemos que trabalhar com menos 500 mil reais até quando fecharmos o orçamento no mês de julho. Isso, senhores, sem falar nos atrasos que se avolumaram de outubro até abril deste ano. Não há gestão que consiga fazer mágica, ser eficiente para resolver um problema desses, quando um comprador de serviço apresenta um cronograma e não paga dentro daquilo que você está contando. Coloco-me à disposição dos senhores para esclarecer qualquer dúvida, assim como estão os demais conselheiros. /

Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente): — Depois da minha fala, o secretário fará a chamada dos vereadores para suas explanações. Cumprimento o Dom Dario, a Superintendente Mercedes e demais conselheiros. Enalteço o conselho da Santa Casa pelo

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

trabalho gratuito que é feito de coração. A Câmara sabe que o Brasil está em crise, mas o setor de saúde sempre esteve nessa situação, e isso é algo que escuto desde menino. A Câmara conhece as dificuldades e sempre abrirá as portas para o debate, inclusive esses momentos já ocorreram aqui com a Santa Casa e com os Hospitais Infantil e Evangélico. Aproveito este momento para dizer que, conforme foi mostrado no gráfico, de 1999 para cá, houve uma melhora, mas, como a Câmara escuta o clamor do povo, tem consciência de que há necessidade de mais leitos, já que pacientes chegam lá e não conseguem vaga em quarto nem em UTI. É culpa do sistema? Sim, é Brasil; porém, há casos e casos. Quando estamos enfrentando crise, é preciso buscar alternativas, e é isso o que esta Casa e seus vereadores tentam fazer, basta ver que há aqui uma Comissão de Saúde antenada, promovendo audiência pública, sem contar a busca constante de emendas junto aos nossos deputados para favorecer os hospitais e, conseqüentemente, melhorar o atendimento à população. Contudo, num diálogo entre nós mesmos e lá fora, chamou-nos a atenção esse ponto da terceirização, já que, conforme disse, em tempos de crise, há que se buscar alternativas. Eu não sei quanto esse cartão saúde rende para a Santa Casa e esses exames de oftalmologia, mas sei que o serviço é terceirizado. Louvo a participação do Dom Dario, que assumiu essa responsabilidade no conselho como homem religioso que é. Gostaria de saber se, caso a Santa Casa assumisse esse cartão saúde e os exames de oftalmologia, a receita para ela não ficaria melhor. Eu acredito que, agindo assim, ela reteria o dinheiro em vez de dá-lo a quem está prestando o serviço. Há que se fazer essa reflexão, e quando eu digo que tudo é gestão não estou desfazendo de ninguém, até porque, enquanto presidente, também sofro críticas e tento fazer o melhor. Gestão é algo que sempre pode ser melhorada, e nós estamos no caminho certo. A Santa Casa está no caminho certo? Está, mas gostaria que vocês refletissem sobre esse ponto da terceirização. Se o hospital tem suas dívidas e já possui seus compromissos com Cachoeiro de Itapemirim, por que pegou outra ocupação, que é dirigir a Santa Casa de Castelo? Em Cachoeiro, vocês fazem de tudo para atender. O atendimento pode ser melhorado? Pode, havendo a ajuda da Câmara com empenho para conseguir emendas das esferas federal e estadual. Nós queremos dar as mãos, contribuindo para que a saúde melhore; agora, se a terceirização gera lucro para os médicos que estão fazendo os exames de oftalmologia e também no cartão saúde, por que a Santa Casa não resgata isso para ela mesma melhorar o seu caixa? / **Nercedes Canal:** — A terceirização foi um recurso utilizado num processo que se iniciou em 2001, 2002 e 2003, quanto a algumas situações em que a Santa Casa não dispunha de condições para comprar equipamentos e arcar com a manutenção da equipe envolvida no atendimento. Quando se tem um equipamento, é preciso manter uma equipe médica ou técnica durante vinte e quatro horas. Especificamente, Presidente Júlio, quando o senhor fala sobre o cartão saúde, nós temos o cartão fidelidade e fizemos um contrato com uma empresa de Goiás, que desenvolve esse trabalho no Brasil todo, e foi ela quem nos deu a mão no momento em que ninguém estava disponível para isso, a não ser o conselho e o Dom Luis. A Santa Casa tinha suas dúvidas quanto à forma de fazer isso, mas víamos nesse processo a possibilidade de termos uma comissão sobre as vendas do cartão fidelidade. Dessa forma, foi feito um contrato de experiência de alguns meses e, depois, efetivamos o cartão. Qual é o nosso ganho com o cartão fidelidade? Não temos nenhuma estrutura de vendas, não investimos nisso e o nosso

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ganho é na participação da venda e no cliente que esse cartão traz para a Santa Casa. Ora, precisávamos melhorar a ocupação do hospital que estava vazia, pois só com a receita do SUS, que os senhores sabem como é, isso não era possível. Portanto, o lucro foi a possibilidade de trazer novos clientes para o hospital, mesmo sabendo que eles não têm tantos recursos assim, já que quem adquire o cartão fidelidade é aquele cliente que gostaria de ter um plano participativo da Unimed e não consegue pagar. Aí, com esse cartão, ele consegue uma consulta com um bom desconto e exames; se na hora da internação não for algo muito grave, isso também será bancado. Nós melhoramos, dessa forma, a taxa de ocupação do hospital e tivemos um ganho com as novas internações e com a participação nas vendas do cartão. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Gostaria de saber se a senhora tem conhecimento do lucro real do cartão, dos exames e do atendimento oftalmológico. / **Nercedes Canal:** — O oftalmológico saiu da Santa Casa há uns quatro anos. Era um credenciamento do hospital pelo SUS, e havia lá toda uma estrutura montada, com equipe médica que nos atendia também nos casos de urgência e emergência, a exemplo de fagulha no olho e por aí fora. Agora, desde que o Município, não sei quem, construiu o Instituto dos Olhos, o serviço de oftalmologia saiu da Santa Casa, contra a nossa vontade, nos desagradando. A Santa Casa ficou no prejuízo, porque não temos para onde mandar o paciente de urgência e emergência que chega lá com fagulha no olho. Se o encaminhamos para o Instituto dos Olhos, ele não recebe o atendimento, e acabamos tendo que bancar consulta em consultório particular para tirar o paciente do sofrimento. Se hoje esse serviço dá lucro, não sabemos, mas para nós ficou o prejuízo na desassistência dos pacientes de urgência e emergência nessas coisas corriqueiras na região. Quanto aos exames aos quais o senhor se referente, penso que sejam os da contratualização. Há três anos, fizemos uma combinação, em nome dos doentes, já que a superintendência tinha que comprar os procedimentos e exames para disponibilizar à população. A superintendência regional, de comum acordo com a SESA, na hora de fazer a planilha de contratualização, pediu-nos para incluir alguns exames, o que facilitaria o processo, ou seja, em vez de o Estado comprar via licitação, dentro de um preço pactuado, seria possível facilitar a vida de muitos e até o andamento daquele órgão. Como achamos que devemos ser parceiros de quem compra os nossos serviços, incluímos na nossa contratualização endoscopias, colonoscopia, ressonância, doppler e cistoscopia. Só a endoscopia é que temos um aparelho dentro do hospital, e quanto aos demais exames contratamos os profissionais pelo preço contratualizado. Antes de fechar o contrato, fomos até os médicos e perguntamos se eles faziam pelo preço que o Estado propunha, numa quantidade “x”, e alguns profissionais toparam fazer. Assim, a superintendência fazia a agenda, mandava para os referenciados, o profissional atendia o paciente e enviava o comprovante para fecharmos a fatura. O que ganhávamos com isso? Nada, além de um repasse operacional de 5%, mas, respondendo a V. Ex.^a, digo que isso não foi feito com o intuito de ganhar dinheiro, e sim em nome de uma parceria para facilitar a vida de muita gente que não conseguia fazer exames. Os exames de laboratórios ficaram diretos com o hospital. Com o corte de 20% no orçamento deste ano, nós suspendemos tudo isso, pois a parceria dura enquanto está bom para os dois lados. Nessa contratualização que está funcionando até 31/07, esses exames não estão sendo feitos, e nós não pretendemos assumi-los, porque é um dever do Estado. Quebrar galho, às vezes, nem sempre vale à pena. V. Ex.^a

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ainda está com alguma dúvida quanto à terceirização? / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Não há lucro com o cartão? / **Nercedes Canal:** — Com o cartão, tenho uma média em torno de 35 a 40 mil reais por mês de comissão. Isso depende das vendas e dos recebimentos que o cartão faz. Quanto ao número de pacientes atendidos pelo cartão, eu não trouxe esses dados separados. Temos o ganho com os pacientes, que é o que mais nos interessava. Esse recebimento não tem para nós nenhum custo. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — E o lucro da empresa? / **Nercedes Cabal:** — Eu não tenho controle sobre os dados da empresa. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — É nessa percepção que entendo que a Santa Casa deveria acabar com a terceirização e assumir o serviço para ficar com todo o lucro. Se tem um lucro de 40 mil vendendo o serviço, imaginem quanto essa empresa recebe anualmente. / **Maria Lúcia Cheim:** — Não temos custo, o que não acontecerá se tivermos que montar uma estrutura para todo o serviço. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Não teria lucro? Então, a empresa de fora trabalha de graça? / **Maria Lúcia Cheim:** — Para nós, não seria interessante ter que contratar empregados. Se montarmos toda a estrutura, não teremos esses 40 mil reais de lucro. A empresa faz isso em todo o país. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Fica essa dúvida, e eu acho estranho, porque, se a Santa Casa ganha 45 mil reais, quanto não lucra a empresa, que certamente não trabalha no vermelho? / **Nercedes Canal:** — Presidente, eu não incluí nesse valor o atendimento aos pacientes, e essa conta não foi levantada. A estrutura de vendas não é barata, pois depende de capacitação e de espaço. Essa empresa tem toda a estrutura montada não em nível de Cachoeiro, e sim de vários Estados. Assim, ela trabalha muito para ter um ganho. Podemos rediscutir essa questão, mas, até o presente momento, não encontramos espaço para esse debate, porque temos outras situações difíceis para lidar, e essa está andando. Agora, gostaria que o Dimas respondesse o que foi levantado por V. Ex.^a quanto à Santa Casa de Castelo. / **Dimas Magnago:** — Boa-tarde a todos! A questão de Castelo foi de solidariedade. Vou contar aqui uma passagem ocorrida com a Mercedes em Salvador, na Bahia, no ano de 2000. Ela esteve lá num congresso de Santas Casas, exatamente no primeiro ano de abertura desse hospital. Ela esteve discutindo com os outros hospitais a solução desses problemas que aqui enfrentávamos. Depois de muito ouvir, ela, bem decepcionada, pediu a palavra e disse que estava no congresso de Santas Casas e, infelizmente, não havia visto ali nenhum gesto de solidariedade, pois estavam enfrentando dificuldades, e ninguém queria estender a mão ao outro. Ela nos fez também esse registro quando voltou, e essas palavras ficaram na nossa mente. Há quatro anos, a Santa Casa de Castelo enfrentava uma situação que a de Cachoeiro já havia sofrido, ou seja, estava em vias de fechar, com uma dívida inicial de 3 milhões e meio de reais, que, depois de apurada, passou a 10 milhões e meio de reais, não possuía mais CND's, certidão de filantropia, e era uma empresa comum; caso quisesse prestar serviços para o SUS ou para qualquer órgão público, teria que pagar todos os impostos. Ora, se sem pagar impostos já era difícil, imaginem tendo que os pagar. Deixar uma população de cem mil habitantes desassistida era algo que nenhum prefeito ou governador gostaria de fazer. O então governador Casagrande nos procurou e, diante do sucesso do trabalho que havia sido feito em Cachoeiro, solicitou que fizéssemos o mesmo em Castelo, achando para lá uma solução, já que o caso era um pouco diferente. Aqui não tínhamos as certidões, mas não havíamos perdido a

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

filantropia; lá, eles perderem isso. Assim, montamos um esquema, um arranjo e submetemos à aprovação da procuradoria do Estado, trabalho esse feito a quatro mãos para descobrir uma forma de viabilizar aquele hospital. Qual foi essa forma? Transferimos a Santa Casa de Castelo para um escritório, já que ela só tinha uma coisa: dívidas, e nada mais. Assim, ela demitiu todos os seus funcionários, e nós criamos uma filial totalmente independente, tanto é que os balanços aparecem separados, como matriz e filial. Os números não se misturam. A única coisa que se mistura são dois ou três funcionários que prestam serviços, e todo o final de mês é feito o encontro de contas em torno de 30 mil, 40 mil reais que a Santa Casa de Castelo paga à de Cachoeiro. Reafirmo que eu e todo esse pessoal não recebemos nada. A Santa Casa de Castelo hoje já tem vida própria, conseguiu reformar suas instalações, através de verbas, porque a Santa Casa de Cachoeiro possui a certidão e consegue ter alcance às emendas parlamentares, que foram colocadas por vários deputados e senadores. Aquele hospital está todo viabilizado e reformado, a exemplo do daqui, com um centro cirúrgico novo, camas novas, equipamentos e instrumentos. Os funcionários foram todos recontratados pela Santa Casa de Cachoeiro. Isso não traz nenhum tipo de prejuízo para a Santa Casa de Cachoeiro; pelo contrário, é um trabalho que outros hospitais também fazem. Podemos citar como exemplo o Hospital Evangélico, que atua dessa forma em Itapemirim, e o Hospital Infantil, em Guarapari. Então, não vejo por que a Santa Casa também não poderia fazer isso, tendo em vista que o maior dispêndio disso na verdade é nosso. Eu, por ser de Castelo, vou lá duas vezes por semana, à tarde ou à noite, depois do meu serviço, e faço o acompanhamento, junto com a Eliana, dos trabalhos realizados e coordeno pela amizade e tudo mais. A gestão é feita de comum acordo e não há nenhum tipo de prejuízo para a Santa Casa daqui; pelo contrário, trata-se de uma grande virtude para esse hospital. / **Nercedes Canal:** — Não é preciso complementar nada, pois o Dimas já disse tudo. Operacionalmente falando, a filial castelense não interfere na nossa gestão. A gestão é independente, e existe lá um grupo de encarregados e de funcionários, o que não onera o nosso caixa. São recursos distintos, e fazemos isso com muito prazer de ajudar a Santa Casa Castelense. Quando o Dimas falou em solidariedade, nós pensamos que, se a Santa Casa de Castelo fechasse, para onde iriam os seus doentes? Para a nossa porta, pois o lugar mais próximo para eles seria a Santa Casa de Cachoeiro, e isso faria com que ficassemos estrangulados de vez. Então, a sobrevivência da Santa Casa de Castelo, hoje nossa filial castelense, é algo que nos orgulha e dá prazer de estender a mão. Como o Dimas disse, quando precisamos, ninguém nos estendeu a mão, e a memória que ele fez do congresso foi algo real e verdadeiro. Quando me posicionei para falar, um grupo que estava atrás de mim disse: “O que a Santa Casa de Cachoeiro pode ter para falar?”, mas me pronunciei, fui respeitada e aplaudida, porque preguei a misericórdia também entre as instituições, pois a misericórdia não pode ser isolada. / **Dimas Magnago:** — Esclarecendo uma pergunta que foi feita aqui pelo Vereador José Carlos Amaral, digo que a forma de gestão da saúde em Castelo é plena, e os recursos federais vão direto para a prefeitura de lá. Em Cachoeiro é diferente: os recursos federais vão para o Estado, que é quem contrata o serviço dos prestadores, e lá quem faz isso é a prefeitura. O Estado, que colocava 300 mil reais/mês, hoje, baixou para 150 mil, 220 mil reais, depois da nova contratualização. Agora, a gestão é feita de comum acordo pelo conselho daqui. Castelo tem o seu conselho, com seu escritório.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Hoje, a dívida de Castelo está em torno de pouco mais de 3 milhões de reais e parcelada, a exemplo da Santa Casa de Cachoeiro, que tinha 34 milhões de reais de dívidas vencidas e, agora, são 37 milhões de reais parcelados. Esse é um detalhe importante. O parcelamento gira em torno de 500 mil reais por mês, que é o que deve aos seus credores; o resto é parcelado em “n” anos. Temos uma prestação lá que quero pagar a última, porque foi feita em trezentos anos. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Agradeço pela explanação e reafirmo que o debate é importante e que não estamos crucificando ninguém. O que queremos é o melhor para a Santa Casa e para a saúde em Cachoeiro. Continuo achando que essas três situações que coloquei precisam ser revistas. Se precisam de máquinas para fazer os exames, nós, vereadores, podemos ver quais são e estamos esticando a mão para a Santa Casa, dispostos a buscar uma emenda parlamentar e fazer o dever de casa. Os vendedores dos cartões são funcionários da Santa Casa? / **Nercedes Canal:** — Não. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Muito obrigado! Peço ao secretário que faça a chamada dos vereadores. / **Alexandre Bastos Rodrigues:** — Fiquei feliz e satisfeito com o demonstrativo da evolução do hospital de 1999 para cá. O que nos cabe fazer é o que o presidente disse, ou seja, estender a mão, buscando o apoio dos parlamentares do nosso partido e a ajuda junto à prefeitura. Sabemos das dificuldade que o nosso país e a prefeitura têm enfrentado, mas vamos fazer a nossa parte e pedir a Deus que lhes dê saúde, porque o conselho é composto por pessoas de muito respeito na sociedade, o que ajuda a dar crédito à entidade. Não é à toa que os senhores estão conseguindo fazer esse trabalho de gestão com tanto sucesso. Contem conosco. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Gostaria de me reportar ao Bispo Dom Dario, que fez um discurso creditando ao Legislativo, através de matéria jornalística, uma falta de ajuda nesse momento de dificuldades, inclusive com algumas críticas. Peço-lhe vênica para esclarecer que a Câmara é um colegiado, e eu respeito a opinião dos colegas vereadores e também a do bispo, mas digo que nenhum vereador tem procuração para falar em meu nome; portanto, se alguém se pronunciou em nome do Legislativo Municipal, não foi com o meu aval, pois não posso criticar o que não conheço. Até gostaria que a Nercedes me informasse que dia foi essa sessão, onde um colega vereador teria proferido críticas à instituição, mas já adianto que elas não têm o aval do Vereador Alexandre Valdo Maitan. Parabéns à instituição! / **Brás Zagotto:** — As minhas palavras são de agradecimento à Nercedes, ao Dom Dario e ao conselho. Quanto às críticas à Santa Casa, só tenho a dizer que sempre que uso a tribuna é para defender o hospital, porque sei as dificuldades que vocês têm para atender, assim como as enfrentadas pelo Dr. Sebastião, da Clínica Santa Isabel. É muito difícil mexer com saúde e, por isso, constantemente, estou dando graças a Deus por termos a Santa Casa para atender não só o povo de Cachoeiro, já que vários prefeitos descarregam aqui seus doentes. Isso vem até de Guarapari para cá, pois eles compram ambulância e nos enviam seus pacientes, que caem na porta da Santa Casa. Aí, os senhores não querem nem saber se as pessoas são de Cachoeiro e atendem a todos com humildade, no momento em que elas mais precisam. Estou à disposição para apoiá-los em seu trabalho. / **Carlos Renato Lino:** — Nercedes, você é uma referência na Santa Casa, e eu só tenho que agradecer àquele hospital. Posso dizer isso, porque o meu filho quebrou a perna e, mesmo diante das dificuldades enfrentadas por aquele hospital, até com pagamento de salário atrasado, ele foi atendido de forma muito carinhosa e, em menos de um

12

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

mês, fez três cirurgias, todas pelo SUS, e eu não gastei nem um centavo. Meus parabéns aos conselheiros, à Mercedes e a todos os funcionários daquele hospital pelo amor e carinho com que tratam os pacientes. / **David Alberto Lóss:** — Saúdo o Dom Dario, a direção e o conselho pelo trabalho voluntário que fazem. Acompanho o trabalho da Santa Casa, porque a minha esposa Cristina, até bem pouco tempo, fazia parte do conselho. Assim, tenho total conhecimento das dificuldades e das vitórias que aquele hospital tem alcançado. Hoje, fui surpreendido pela chegada do conselho da Santa Casa, talvez, por não ter me inteirado direito do que se passou, mas continuo dizendo que o Governo do Estado tem uma grande dívida com a nossa Região Sul. Creio que ajudaria muito à Santa Casa se o Sul do Estado, nem precisaria ser Cachoeiro, e sim um Município próximo, tivesse um hospital geral público. São Mateus e Colatina têm, assim como Vitória possui dois; por que o Sul do Estado não tem um hospital público? Com a condição excepcional de atendimento que a Santa Casa possui, com mais esse hospital, ela poderia atender a outros pacientes que não fossem só os do SUS. A Santa Casa ficaria desafiada. Infelizmente, entra e sai governador, e o Sul do Estado continua sem receber o seu hospital público. Acho que a Santa Casa cumpre com um importante papel e, se assim não fosse, não seria mais do que centenária. / **Delandi Pereira Macedo:** — É uma honra receber aqui o Dom Dario, o conselho e a Mercedes. Com base em um texto bíblico, posso dizer que a missão que a Santa Casa tem de servir ao povo é realmente um sacerdócio. No Evangelho, segundo Mateus, foi perguntado: “Senhor, quando te vimos enfermo, na prisão e fomos te visitar? E Ele respondeu: ‘Em verdade vos digo: sempre que fizeste isso aos meus irmãos, mesmo aos mais pequeninos, foi a mim que fizeste.’”. Acho que a Santa Casa tem cumprido o seu papel e tenho defendido que sejam repassados recursos às nossas instituições, destacando que aí de Cachoeiro de Itapemirim e do Sul do Estado do Espírito Santo se não fossem essas entidades filantrópicas, que realizam esse brilhante trabalho. Sou favorável a que se tenha aqui um hospital público, mas não sei se ele daria conta tão bem do serviço como fazem a Santa Casa, o Hospital Evangélico e o Hospital Infantil. Dificuldades existem? Faltam leitos e médicos? Sim. Fui presidente da Comissão de Saúde e hoje sou relator dela ao lado do Vereador Rodrigo, e temos visto as dificuldades que a Clínica Santa Isabel enfrenta. Vemos que o sofrimento maior é do nosso povo e que vocês têm conseguido dar conta do recado. Eu os parabeno pelo trabalho que têm feito, e saibam que esta Casa está aqui para somar. As críticas e reclamações acontecem em todos os lugares e searas, e é preciso saber conduzi-las, principalmente quando se referem a recursos públicos, inclusive os do SUS são insuficientes para atender a toda a demanda. Mesmo assim, vocês têm conseguido dar conta do recado, e isso foi visto aqui no desenvolvimento que houve de 1999 para cá, mostrando o aumento do atendimento e da boa aplicação dos recursos, o que só acontece quando a entidade está organizada. A Santa Casa de Castelo, por exemplo, enquanto não estava organizada, não tinha nem como prestar o atendimento; agora que vocês foram para lá e a organizaram, os recursos estão surgindo. Eu mesmo já tentei várias vezes buscar recursos para investir na saúde da nossa região, nos Hospitais Evangélico, Infantil e Santa Casa, através de uma deputada do PSC, mas hoje ela não tem mais mandato. Que Deus abençoe a vocês e a todos nós! / **Elias de Souza:** — Gostaria de cumprimentar o Sr. Sebastião Venturi e, em nome dele, os demais conselheiros. Faço das palavras do Vereador David as minhas, pois a solução para a saúde

13

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

financeira dos hospitais filantrópicos do Sul do Estado, já que se diz atender em torno de seiscentas mil pessoas da região, deveria ser de fato a implantação urgente de um hospital público aqui. Vejo que isso poderia desafogar a situação tão combalida dos hospitais filantrópicos. Mercedes, gostaria de saber se você tem conhecimento de qual Santa Casa ou hospital filantrópico que esteja bem ou mesmo em situação remediada no Brasil. Conforme disse, na sessão passada, Dom Dario, o SUS, sendo o maior plano de saúde do mundo, ainda atende muito bem, se comparado ao atendimento prestado nos hospitais particulares, nos planos de saúde em todo o país. Os três hospitais daqui, em nível de Cachoeiro e do Sul do Estado, ainda nos prestam excelentes serviços, apesar da demora, e atendem a urgência e emergência com qualidade. Eu não sei se os senhores têm conhecimento, mas o IBOPE avaliou o SUS no Brasil e, por incrível que pareça, a estatística mostrou que 82% da população que procuraram os serviços emergenciais de saúde se sentiram contemplados. Não vou dizer que há má gestão nos hospitais filantrópicos, e sim que faltam alguns ajustes. Agora, em momento nenhum eu vi a direção da Santa Casa vir a público comentar o importante trabalho que duas entidades sindicais fizeram num determinado momento em que esse hospital estava para ser fechado. As duas entidades, de trabalhadores e patronal, fizeram um acordo inédito no Brasil, sendo reduzido o salário dos trabalhadores em mais de 20%, retirando deles todos os direitos, com a assinatura de um acordo coletivo para que fosse possível a Santa Casa respirar e voltar a funcionar. Se não me falha a memória, Dimas, você estava lá naquela época. Fica aqui essa minha mensagem a alguns desses trabalhadores que até hoje permanecem na Santa Casa que, naquele momento, se dispuseram a fazer esse grande sacrifício, contribuindo para que o hospital pudesse se manter erguido até hoje. / **Dimas Magnago:** — Vereador Elias, eu não estava no hospital na época da redução dos salários, em maio de 1999, pois comecei a prestar serviço à Santa Casa em 2001. Mesmo assim, sei que esse acordo foi fundamental para o soerguimento da Santa Casa. Com relação à sua pergunta, existe uma Santa Casa no Brasil, que é a de Maceió, e, por coincidência, o dono e o provedor dela é amigo pessoal do Dr. Sebastião. Nós já estamos com viagem agendada para 22/07, já que ele abriu as portas daquele hospital para nos mostrar qual é o pulo do gato. Ele vai nos mostrar tudo o que faz, o que também poderemos vir a fazer aqui. É lógico que cada caso é um caso, mas sabemos que Maceió é um Estado com pior situação econômica do que o nosso, o que nos leva a pensar que possivelmente traremos de lá muitos subsídios para implementar aqui. É claro que não será nada que surtirá efeitos imediatos, e sim a longo prazo. / **David Alberto Lóss:** — Já que Cachoeiro de Itapemirim não tem um hospital público, o pulo do gato seria que o Governo do Estado do Espírito Santo assumisse o seu dever de prover a Santa Casa de recursos, porque é ela quem atende a todos. A Santa Casa tem que aguentar tudo e, quando é cirurgia eletiva, vai para Vitória. Quem tem que tratar disso é o Governo do Estado, porque esse trabalho é inerente a ele. / **Dimas Magnago:** — A cada 100 reais gastos em atendimento pelo SUS, há um reembolso de 65 reais; portanto, a cada 100 reais gastos, são 35 reais de prejuízo para o hospital filantrópico, conforme a média nacional. A culpa é só do Governo do Estado? Não, também é do Governo Federal, cujos subsídios e incentivos não têm sido suficientes. Um hospital público aqui seria viável, desde que viesse com atendimento geral e de qualidade para que a Santa Casa funcionasse como retaguarda, assim como o Hospital Evangélico e o

14

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15

Hospital Infantil. O Presidente Júlio falou aqui sobre terceirização, e nenhum Governo do Estado está gerindo mais os seus hospitais, ou seja, ele constrói o hospital e terceiriza a gestão. Em Vitória já é dessa forma. Não vamos tentar trazer de Maceió a receita do bolo, até porque sabemos que isso passa pelo Estado e não existe mais dinheiro a fundo perdido para hospital nenhum. Todo recurso que entra no hospital é de serviço comprado. Não vem nem um tostão de graça, todo o dinheiro que entra é por serviço prestado e mal remunerado. / **Elias de Souza:** — O programa do Governo Federal de refinanciamento das dívidas das Santas Casas funcionou no Brasil ou foi apenas uma maquiagem? / **Dimas Magnago:** — Não. V. Ex.^a sabe que fui funcionário de banco e atuei trinta anos no Banco do Brasil, sendo um dos primeiros a buscar esse recurso, inclusive estive na confederação em Brasília, no Congresso, na época em que isso foi divulgado, fizemos toda a papelada, e a Dra. Maria Lúcia está se lembrando disso. Fomos a primeira instituição do Brasil a dar entrada nesse processo no BNDES, mas até hoje não tivemos nenhuma resposta; portanto, infelizmente, é muito jogar para a plateia. / **Ely Escarpini:** — Com sabedoria, eu não poderia fazer nenhuma crítica à Santa Casa, pois conheço aquele hospital, e a minha filha trabalha lá. Não vejo diferença nenhuma do atendimento prestado lá para o dos hospitais particulares. O trabalho de vocês é excelente. Vocês são verdadeiros heróis, pois, diante de toda essa crise, prestam um serviço de qualidade. No sábado, recebi uma ligação na minha casa, de alguém pedindo socorro, alegando que um parente estava na Santa Casa jogado por ter engolido um palito. Quando liguei para lá, fui informado de que o rapaz chegou à noite, o médico já tinha pedido a tomografia, e ele foi operado; depois, recebi a ligação da pessoa, agradecendo por tudo o que havia sido feito. Vocês estão de parabéns e têm todo o meu aplauso! / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Gostaria de dizer que tenho o balanço da Santa Casa, publicado no dia 12/05, que mostrou um resultado superavitário de 6 milhões 155 mil reais contra 14 mil reais do ano anterior. Não há dúvida de que isso demonstra eficiência, capacidade de gestão e comprometimento. Também sou contador e gosto muito de analisar esses números; por isso, tenho uma pasta só com balanços dessas entidades. De tudo o que ouvi aqui, fiquei muito alegre com o que o Dimas falou sobre essa visita a Maceió para fazer benchmarking. As empresas usam muito isso, ou seja, vão ver quem tem as melhores práticas para assimilar esses conhecimentos. Não há dúvida de que cada um de nós vai sempre melhorar. Eu, por exemplo, estou muito melhor do que há cinco anos e pior do que estarei nos próximos cinco, porque vou amadurecer e aprender com os meus erros e acertos e serei sim um ser humano melhor. Também sou administrador de empresa e sei que na gestão isso não é diferente. Trabalhei durante vinte e três anos em uma empresa, onde ocupei cargos de gerência e de direção, e sei o quanto temos que buscar incessantemente uma melhora, pois nunca estamos no ponto de excelência que nos permita cruzar os braços e dizer que já atingimos a perfeição. Talvez, tenha sido por isso que foram feitos os questionamentos pelo Vereador Júlio Ferrare para que fossem verificadas algumas práticas, objetivando ver se elas podem ser modificadas ou melhoradas, o que é inerente à gestão. Faz parte da gestão e do conselho rever dia a dia as suas políticas para ajustar aquilo que pode ser melhorado. Há empresas, por exemplo, que em determinado momento decidem terceirizar a área de limpeza e de segurança, e muitas delas depois retomam esse serviço por algum motivo e outras continuam. Isso demonstra que cada um tem a sua particularidade.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Portanto, é preciso saber inclusive receber as críticas. Em uma votação ocorrida aqui, na semana anterior, fomos bombardeados com críticas pela posição que tomamos, mas é dever de cada um esclarecer e respeitar quando nos deparamos com opiniões diversas das nossas. Faço menção à fala do Vereador Júlio Ferrare, porque sei que o objetivo dele não foi criticar nem denegrir, e sim dar um alerta para colaborar. Não estou dizendo que ele tem ou não razão, e sim aproveitando disso como uma palavra de incentivo. O conselho é composto por pessoas respeitadas da sociedade, profissionais liberais que dedicam parte do seu tempo sem receber nada em troca, apenas para colaborar. Tive a experiência de ser conselheiro financeiro do Hospital Evangélico, fiz parte do conselho de várias outras instituições e sei que esse é um trabalho árduo, sério e de dedicação feito por amor e misericórdia no desejo de colaborar. Parabenizo a evolução demonstrada e reitero essa palavra de incentivo ao Dimas para que a cada dia melhorem o que precisa ser melhorado, façam um planejamento estratégico nessa linha de diretriz, vendo quais são as oportunidades, as ameaças e quais os pontos fortes a serem explorados. Parabenizo-os por estarem, sem dúvida alguma, buscando o que é melhor para os cachoeirenses. / **Dimas Magnago:** — Vereador Jonas, o saldo de 6 milhões de reais do balanço de dezembro reflete exatamente os recursos que recebemos no dia trinta, no último dia útil do mês. O Estado liberou, assim como a Unimed e alguns convênios, e você, que é contador, sabe que, no final do ano, todos querem cumprir as suas obrigações para não deixar virar para o exercício seguinte. Esse dinheiro caiu na conta no dia trinta, e não deu mais tempo de fazer nada, quando era para ser utilizado na folha de pagamento, no sobreaviso dos médicos, que é no quinto ou décimo dia útil. Foi por isso que esse saldo ficou em 6 milhões de reais, mas, na verdade, são recursos produzidos ao longo do período que seriam utilizados logo no início do mês. Quanto à gestão, informo que há dez meses a Santa Casa contratou os serviços da Fundação Dom Cabral, que é uma das melhores empresas do país em gestão, em qualificação e capacitação. Então, está sendo feito um trabalho junto a todos os funcionários e equipe de planejamento estratégico com todas as situações para buscar o equilíbrio financeiro. A Santa Casa busca 70% de SUS com 30% de particulares para atingir o seu ponto de equilíbrio. Hoje, são 85% para 87% para o SUS, e 12%, 13% para o particular. É preciso alcançarmos essa equalização para atingirmos um número que nos deixe tranquilos, sem precisar ficar de pires nas mãos. Os salários estão em dia, e hoje estamos fazendo o repasse dos atrasados. Constantemente, com os recursos que chegam, buscamos manter as despesas em dia. Os salários dos médicos estão atrasados em um dia. / **José Carlos Amaral:** — Gostaria de agradecer ao Dom Dario, inclusive lhe enviei votos de congratulação após as eleições, porque foi a primeira vez ao longo da minha vida política no Município de Cachoeiro de Itapemirim que não vi a Igreja Católica, encaminhada por um bispo, fazer direção a partido ou o que quer que seja. O senhor soube se dirigir aos fiéis, a nós, da Igreja Católica e de outras religiões, orientando a todos para o bem do Estado e do Brasil. Olhem que estou nesta Casa há mais de vinte e cinco anos. Quero agradecê-lo por isso, pois a nossa igreja precisa orientar os seus fiéis para o caminho do bem, e não para criar atritos como acontecia antes. Senhores, na época do SAAE e da Citágua, a água da Santa Casa era subsidiada, e hoje isso acabou, sendo essa uma despesa alta para o hospital. Assim, vamos nos juntar nesta Casa para rever os contratos, pois, se não me falha a memória, na época da licitação, o edital tinha uma cláusula

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

que permitia o Município subsidiar a tarifa de água dos hospitais filantrópicos. Fico muito triste de ver que, quando a pessoa é internada, o hospital gasta milhões de reais, mas quando vem o dinheiro do SUS são tostões. Isso é algo muito sério que ocorre no país. Também sou a favor de que aquele hospital do Aquidaban seja liberado para o Infantil e as dependências atuais desse, com o apoio do Governo do Estado, sejam transformadas num anexo para a Santa Casa, onde funcionaria um hospital de traumas. Cachoeiro tem um número grande de acidentes de motos, e a Santa Casa é quem arca com tudo isso. 70% dos internados são vítimas de acidentes de moto. Eu já disse isso ao governador, ao presidente da Assembleia Legislativa e a vários deputados. Vocês estão numa Casa onde está a classe política, e eu não poderia deixar de fazer uma pergunta para mexer com os brios daqueles que não ajudaram os hospitais. Quais são os deputados estaduais, federais e senadores que estão de fato ajudando, olhando pela Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim? Faço essa pergunta para que os vereadores cobrem dos deputados de seus partidos. Esta é a casa do povo e, na hora da eleição, esse pessoal bate às nossas portas para pedir ajuda. Eu ajudei a elegê-los e tenho o direito de cobrar, da mesma forma que o eleitor me cobra. Parabênizo ao Dom Dario e à Nercedes, que sempre me trataram com carinho, e olhem que não sou muito de ir ao hospital, mas a consideração está aí, sendo a prova dos 200 mil reais que coloquei de emendas ao orçamento, com o apoio dos colegas vereadores. Dom Dario, não preciso fazer média com ninguém, mas peço que continue a agir como age, porque é um orgulho para nós, pois está mostrando que veio somar com seus pares para levantar a bandeira da paz, da saúde e do bem-estar. Eu sei que o prefeito de Cachoeiro não ajuda a Santa Casa e ainda o subsídio para a conta de água foi retirado. Há jeito de fazer isso, já que pagam a conta até de centro de macumba, aquele do Pai Amarildo, conforme a imprensa divulgou, e isso saiu do contrato. Nós denunciemos, e a Justiça está apurando. Se pode para “pemba”, e eu não tenho nada contra isso, pode também para a ajudar a salvar vidas nos hospitais. / **Nercedes Canal:** — Vereador Amaral, eu não posso ser injusta e cometer o erro de esquecer nomes, mas me comprometo a lhe enviar por escrito o de todos os que contribuíram naqueles 35 milhões de reais que foram mostrados ali de recursos captados nas esferas estadual e federal. / **José Carlos Amaral:** — Eu queria que você citasse os nomes, porque a imprensa está aqui. Pelo menos o povo e os vereadores vão cobrar dos deputados. / **Nercedes Canal:** — Sim, mas eu não quero ser injusta, pois não me lembrarei do nome de todos, que são vários. Tony, você se lembra do nome de todos? Então, me dê os deste ano. Eu também quero me colocar à disposição para fazer aqui prestações de contas parciais. Assim, poderemos vir aqui mais vezes colocar as nossas angústias e o nosso trabalho para o conhecimento dos senhores, que são os representantes do povo. Se o povo está sendo atendido ou não, são os senhores que devem estar acompanhando. Deixaremos aqui uma cópia do relatório de atividades para os senhores, que não veio antes, porque chegou da gráfica apenas na sexta-feira. Agora, do ano passado, citarei o nome dos deputados, que direcionaram emendas parlamentares: saudoso Glauber Coelho, Hércules Silveira, Ricardo Ferraço, Camilo Cola, Iriny Lopes e Rose de Freitas. Quanto a projetos mantenedores, temos a Empresa Solo, o Poder Judiciário e a Fundação Itaú Social, que foi uma ajuda importante para uma mesa cirúrgica. Do ano passado, foram esses os nomes que entraram em nossa carteira. / **José Carlos Amaral:** — E do Estado? / **Nercedes Canal:** — Glauber e Hércules Silveira. Os

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

demais são federais. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Ele está querendo saber do Deputado Ferraço. / **José Carlos Amaral:** — É isso mesmo que eu estou perguntando, porque ele está blefando, já que é do meu partido e disse que há pouco tempo conseguiu verbas para a Santa Casa. Daqui a pouco, vou ligar para ele dizendo-lhe algumas coisas que precisa escutar. / **Nercedes Canal:** — Essa listagem foi de 2014, e as atuais, as de hoje, não tenho na memória e não quero ser injusta. Houve sim ajuda de Ferraço. / **Tony:** — Sem fazer injustiça a ninguém, digo que a UTI móvel que o hospital tem foi graças à verba direcionada por Ferraço, assim como alguns aparelhos dessa unidade. Então, tem sim a colaboração do Deputado Ferraço também. O Dr. Hércules não é deputado desta região, mas já foi vereador de Cachoeiro, é daqui e sempre nos envia emenda parlamentar, assim como este ano recebemos da Deputada Luzia Toledo, que é de Mimoso, e do Deputado Marcos Mansor. Vamos trazer essa relação completa para os senhores. / **Nercedes Canal:** — Vereador Amaral, comprometo-me a enviar a relação de todos os deputados que repassaram essas emendas. Nós precisamos de forças além das nossas e das da federação, ou seja, que o Governo do Estado mantenha o seu compromisso, pois eu necessitava ter pago os médicos ontem. Aí, diante de uma situação de vulnerabilidade, com uma paralisação suspensa, aguardando negociação, não ficamos a cavaleiro para negociar, se estamos com um dia de atraso nos salários. Essas outras forças além das nossas precisam fazer com que o governo entenda que, se o pagamento não sai em dia, o fornecedor não recebe, inclusive hoje está faltando comprar a nutrição parenteral e enteral, e ele não quer mais mandar, porque não tem condições de manter o abastecimento desse jeito. Isso, senhores, sendo que esse tipo de nutrição é para paciente crítico, em estado grave. O recurso de 6 milhões de reais que saiu no mês passado foi usado para pagar compras de dezembro, de janeiro e de fevereiro; portanto, não foi nenhuma verba extra, e é importante esclarecer isso. Às vezes, o governo anuncia que está mandando um dinheiro, e a população entende que é verba extra, e não é. Trata-se de pagamento por serviços já prestados. / **José Carlos Amaral:** — O povo não sabe que o governo está apenas pagando o que está devendo. / **Nercedes Canal:** — Exatamente. / **Lucas Moulais:** — Essas situações enfrentadas pela área de saúde não ocorrem apenas em Cachoeiro. Na década de 1992 a 1996, sofremos uma crise até mais violenta do que essa, período em que eu e os colegas vereadores montamos uma comissão, composta por mim, Juarez, Wilson e Théó Moura, para ajudar a Santa Casa. Tentamos buscar ajuda nos Municípios vizinhos, já que eles descarregavam todos os seus problemas na nossa Santa Casa. Na ocasião, era presidente da Santa Casa o Dr. Vicente de Paula Miranda, alvo de críticas, mas elogiado por mim, assim como o faço hoje com a atual diretoria. Eu parableno, por exemplo, o Dom Dario, por sua atitude e coragem de assumir a Santa Casa, ao lado dos conselheiros e dos funcionários, diante dessa situação que está enfrentando. Pegar aquilo que está indo bem é fácil. Comungo em parte com as palavras do Vereador Alexandre Maitan e já adianto que neste ano tudo tem problema. Nesse período que citei, de 1992 a 1996, passei por uma crise renal e fui internado na Santa Casa, sendo atendido por um médico que estava de plantão, que me deu alta, alegando que não havia leito disponível. Aí, olhei para o lado, vi uma maca com um pouco de sangue, pulei em cima dela e disse: “Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira”. Aplicaram uma injeção na minha veia e fiquei lá à espera do Dr. Vicente, que chegaria pela manhã. Mesmo eu sendo um humilde

18

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

vereador, fui muito bem atendido por ele; por isso, eu digo que é preciso entender a lei. Inclusive, o promotor de Justiça nos convocou recentemente para nos explicar como estava a nossa situação como representante do povo, principalmente como agir nessa parte ligada à saúde. Ele determinou que nós, vereadores, não atendêssemos, não tentássemos marcar consulta nem lutássemos por nenhum paciente internado no hospital. Isso me chateou, porque o vereador é o único representante leal da população, pois está aqui no seu lugar, e não em Vitória, Brasília e seja lá onde for. A Mercedes sabe que estou sempre na Santa Casa, onde sou bem atendido, e deixo claro que, se der problema por conta disso, serei sim cassado. Sei que há deputados bons, mas Cachoeiro tem quatro estaduais, um federal e dois senadores; portanto, não podemos ficar de pires na mão, pedindo esmola a ninguém. Eles precisam nos ajudar. Destaco novamente as exceções, mas há alguns deputados que acham que vereador é cabo eleitoral de luxo. O Dom Dario mesmo, em certa ocasião, em uma de suas homilias que acompanhei, narrou o caso de um eleitor desanimado com a política ao ponto de não querer votar mais, e o senhor deixou claro para aquela pessoa que, se ela não votasse, seria pior. Esses deputados são do tipo copa do mundo, só batem nas nossas portas de quatro em quatro anos. Fico envergonhado de ver Cachoeiro de Itapemirim, uma cidade maravilhosa, passar por esse tipo de situação. Quanto a essa determinação do promotor de Justiça, digo que já enfrentei várias situações para defender o povo e já perdi até mandato; se isso der cassação, serei cassado. Ora, sou um vereador que tive 1.378 votos, os quais considero 1.378 declarações de amor, e tenho que cuidar bem desse povo, não posso recuar. É por isso, senhores, que estou sempre na Santa Casa, buscando ajuda e sou bem recebido. Mercedes, enfrentei uma situação grave de doença e fui internado três vezes na Santa Casa pelo SUS, pois a minha esposa tem plano de saúde, mas eu não. Isso, porque acho que não preciso e vejo que a Santa Casa dá um banho de bola nesses hospitais particulares de Cachoeiro. Eu estava internado no pronto-socorro da Santa Casa muito bem medicado. Nesse momento, chegou também lá uma eleitora minha muito mal e, quando me viu, disse: “Meu Deus, liguei para você seis vezes”; aí, lhe mostrei a plaquinha que pedia para deixar o celular desligado. Portanto, estava cumprindo as normas internado no mesmo local que ela e pelo SUS. Assim, ela imediatamente virou para o marido e disse que o vereador estava internado ali também pelo SUS, tomando soro. Não vou me acovardar. Naquele testemunho que o senhor deu, Dom Dario, vi que, se cada um de nós fizer a sua parte, chegaremos lá. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Peço desculpas por não ter acompanhado a primeira parte da apresentação devido a uma consulta com o Dr. Luis Bento, que não é algo fácil de conseguir. Não preciso me alongar, porque a Mercedes sabe quem sou, e eu sei quem é a Santa Casa, do trabalho que aquela entidade realiza com os pacientes, entre os quais me incluo. Administrar com dinheiro é fácil, sem recurso é que é difícil. Como a política tem que ser para o bem, e não para o mal, coloco-me à disposição da Santa Casa, com pouca conversa, porque é preciso ser reto, curto e grosso. Eu torço para que a Cachoeiro e a Santa Casa deem certo. / **Osmar da Silva:** — Sabemos do bom trabalho que a Santa Casa tem prestado a Cachoeiro de Itapemirim, hospital esse onde tudo desemboca. Fazer nada virar alguma coisa, ou seja, administrar sem dinheiro, é muito difícil. Às vezes, nem com plano de saúde conseguimos um médico, mas, quando vamos à Santa Casa, somos atendidos. Meus parabéns a vocês, e saibam que, no que depender deste vereador, chegaremos junto. / **Rodrigo**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pereira Costa: — Quero apenas ponderar algumas coisas de forma rápida, especialmente no que se entende como crítica, pois não enxerguei dessa forma os questionamentos levantados da tribuna. Isso é louvável, e em todos os lugares há questionamentos, seja em casa ou no trabalho. Pelo dicionário, questionamento aparece como dúvida, incerteza, hesitação, indagação, e foi isso o que ocorreu, sendo uma atribuição do vereador levanta-los, independente de qual for o tema. Já aconteceu aqui questionamento quanto à redução de leitos na Santa Casa, assim como em relação às máquinas que o governo comprou e colocou no Hospital Evangélico, e aquela entidade cobra pelos exames. São questionamentos normais que surgem da tribuna, e não se deve criticar esse ou aquele vereador por ter se pronunciado, já que dúvidas surgem, e é aqui que elas viram questionamentos. Parabéns ao Dimas por ter me recebido muito bem na Santa Casa, naquela conversa franca que tivemos com a Comissão de Saúde. Essa comissão tem feito nesta Casa um trabalho de debate, conforme foi visto na área de saúde mental e acontecerá quanto às especialidades, que está um caos em Cachoeiro. Não temos nos furtado em fazer o debate da saúde, porque é o nosso dever e é para isso que fomos eleitos. O Dom Dario e a Mercedes foram muito felizes em suas falas, pois precisamos estar juntos, caminhar dessa forma e estender as mãos para ajudar. Nós, vereadores, devemos estar mais presentes e participativos ao lado da gestão. Entendam que o jornal, às vezes, publica muitas coisas, e o que, talvez, tenha sido colocado como crítica não passou de uma dúvida levantada aqui pelo vereador para ter conhecimento de uma situação. Tal questionamento tomou toda essa proporção e acabou gerando a impressão de que esta Casa criticou aquele hospital, quando sabemos que aquela entidade é fundamental para Cachoeiro e para o atendimento à saúde de todo o Sul do Estado. Eu sei o quanto a Santa Casa evoluiu de 2002, 2003, quando trabalhei lá, para cá, e é nítida a melhoria na qualidade de atendimento. Sou sim a favor de que Cachoeiro tenha um hospital geral, e, em conversa com o Dr. Wagner, do Hospital Evangélico, ele colocou que também acredita que isso será uma bênção para nós, já que aliviará o fardo e a demanda das nossas entidades. Sei também que isso representará um grande alívio para a Santa Casa. Outro ponto que sempre debato é a necessidade de investir na atenção básica, primária, o que também aliviará a demanda dos hospitais de Cachoeiro. Com uma boa atenção básica, teremos uma atenção secundária melhor, já que menos pessoas adoecerão, o que desafogará a demanda dos hospitais. Saibam que outros questionamentos vão surgir, caindo ou não na mídia, e foi muito bom a vinda de vocês aqui para essa prestação de contas. Vamos lutar para que essa parceria e harmonia nunca terminem pelo bem do povo de Cachoeiro. Desejo a Dom Dario saúde e inspiração em sua nova atividade junto a esse conselho, porque são muitas demandas a serem atendidas e pouco dinheiro. Que Deus os abençoe! / **Nercedes Canal:** — Questionamentos sempre ocorrerão, assim como as críticas e, nesses casos, precisamos olhar o lado positivo para o crescimento. Concordo com V. Ex.^a quanto ao que falou sobre a atenção básica do Município, inclusive citarei aqui, de cabeça, dois números: no pronto-socorro, urgência e emergência, trabalhamos com uma média de 60, 70 atendimentos/dia; no entanto, os da ficha azul, que não deveriam estar lá, chegam a algo em torno de 100. Esses são os pacientes que tumultuam a emergência, não têm paciência de esperar, mesmo sendo informado de que a emergência é prioridade, e saem falando do pronto-socorro. Dessa forma, enquanto presidente da Comissão de Saúde, sugiro-lhe que leve isso

20

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

21

adiante para que a população tome conhecimento de que não se resolve todos os casos indo ao pronto-socorro. Pronto-socorro é para urgência. / **Rodrigo Pereira Costa:** — A senhora está certíssima. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Eu os cumprimento e agradeço pela presença e sei que já estão exaustos. O tema saúde é o mais debatido nesta Casa, mas não farei isso hoje, porque não é essa a proposta do conselho ao vir aqui neste momento. Esse debate faz parte da nossa função e será feito em outras ocasiões; porém, eu não posso perder a oportunidade de registrar um agradecimento, pois convivo com esse hospital desde a época do meu pai, o Astor Dilem dos Santos, ou seja, lá de 1950. Foi esse ano em que Astor Dilem dos Santos foi eleito vereador pela primeira vez, e o meu convívio com aquela entidade é íntimo, é próximo por conta dos amigos que passaram por lá e de outros que ainda permanecem. Sempre pude constatar o grande trabalho que fazem por Cachoeiro de Itapemirim. É gratificante tê-los aqui, nesta tarde. Olhando para os senhores, vemos que estão aqui empresários, advogados, médicos e bispo, que poderiam estar em suas casas, em suas empresas, exercendo suas atividades plenas, onde também contribuem com a sociedade, mas estão presentes nesta Casa com uma missão nobre. Muitos são chamados, mas poucos são os escolhidos, e os senhores são esses, ou seja, os escolhidos de Deus. Essa missão não é fácil nem simples. Quando me elegi vereador pela primeira vez, tinha em mente que não gostaria de ser delegado de polícia, diretor de Santa Casa, gerente de banco nem ocupar outras atividades difíceis, porque sei que essas só têm em mãos dificuldades a administrar. A saúde em nível de Brasil não é diferente. Eu os parabeno por essa nobreza e por esse trabalho tão benfeito em Cachoeiro. No relatório, pude ver que 68% dos atendimentos são a pacientes daqui, e 32%, em números redondos, são a de outros Municípios. Cachoeiro é sobrecarregado com pacientes de outros Municípios que são transportados para cá, através de ambulâncias. A situação é difícil, e que Deus os abençoe para que continuem firmes nesse propósito nobre, que é salvar vidas, dar dignidade às famílias. Conhecemos quem são os senhores e bem, da mesma forma que sabem quem somos nós; por isso, peço que Deus lhes dê orientação para continuarem com esse trabalho da melhor forma, e, com dificuldades ou não, seguirem firmes para alcançarem o resultado principal, que é exatamente salvar vidas. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Passamos a palavra ao Dom Dario para suas considerações finais. / **Dom Dario Campos:** — Primeiramente, quero agradecer ao conselho, sem o qual eu não sou nada. Há também algumas pessoas que saíram do conselho, mas continuam conosco, trabalhando no asilo. É hora, senhores, desta Casa Legislativa e o Poder Executivo darem as mãos em benefício do nosso querido povo de Cachoeiro e do Sul do Estado do Espírito Santo. Precisamos estar juntos para salvar vidas, pois Jesus nos disse: “Eu vim para que todos tenham vida, e vida em abundância”. Vamos juntos caminhar para melhorarmos a qualidade de vida do nosso povo. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Agradeço a Dom Dario e à Mercedes pela explanação. A Câmara tem no peito o brasão do Município, é democrática e, ao questionar, o seu intuito é ajudar. Como disse o Vereador Rodrigo, somos cobrados pelo povo, e é nosso dever fiscalizar onde estão as verbas públicas, sejam municipais ou estaduais. Cada vereador tem aqui a sua responsabilidade e fala por si. Ninguém aqui fala por ninguém, pois, individualmente, temos a nossa mente, os nossos pensamentos e as nossas falas. Eu confio na Santa Casa, tanto é que, em 2011 e 2012, doei parte do meu salário para aquele hospital, na agência 0083/3, na conta

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3293. Senti-me na obrigação de fazer isso como político e como ser humano para contribuir com os que buscam atendimento naquele hospital. Quando falamos em gestão, é porque, se há coisas para serem mudadas, vamos pensar com tranquilidade, almejando sempre melhorias. A Câmara está de portas abertas para qualquer ajuda que a Santa Casa precisar, pois defendemos esse hospital, e não será agora, nesse momento de crise, que deixaremos de fazer isso. Contudo, não podemos deixar de lado o nosso dever de fiscalizar. Agradeço a presença de todos. / Na sequência, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Jonas Nogueira Dias Júnior**: — Boa-tarde a todos! Quero agradecer aos servidores públicos que estão aqui para ouvir a explanação que farei agora. No mês de março, fui procurado por um grupo de servidores, que me expôs uma situação sobre a carga horária, e, hoje, apresentei uma indicação de projeto de lei a esse respeito. A Lei 6.095 é a que trata da carga horária, dos cargos e seus quantitativos e de outras coisas mais, e ela é de 2008, tendo sofrido, ao longo do tempo, algumas modificações, através da Lei 6.202/2008, que, por exemplo, alterou a carga horária do cargo de auditor. Esse cargo de nível superior passou de uma carga horária de quarenta para trinta horas, e tal benefício foi estendido para os técnicos de serviços administrativos (Lei 6.383/2010), para os técnicos de edificações e de contabilidade (Lei 6.551/2011), para os secretários escolares (Lei 6.558/2011) e para os agentes de serviços da educação (Lei 6.661/2012). Quanto a esse prazo de noventa dias decorridos desde àquela solicitação, cabe esclarecer que a competência para esse tipo de lei ser alterada é do chefe do Poder Executivo. O vereador não pode apresentar projeto de lei alterando salários nem carga horária de servidor público municipal. É vedado, por exemplo, ao vereador propor projeto de lei para construir hospital. Somos proibidos constitucionalmente de apresentar projetos que onerem o Poder Executivo. Muitas pessoas não entendem isso e acham que podemos fazer esse tipo de proposta, quando não é o caso, pois, se assim o fizéssemos, incorreríamos em vício de inconstitucionalidade insanável, e o projeto não teria efeito nenhum. Eu fiz esse projeto, porque tive o cuidado de buscar o nascedouro de cada lei que alterou a proposta original para ver a mensagem do prefeito, tudo que era justificado e fundamentado, inclusive os pareceres. Depois de toda essa análise, embora o meu raciocínio de imediato fosse esse, vi que isso fere a isonomia, já que esse grupo de servidores, hoje em número de 140, 150, que são os que ocupam os cargos de agentes de serviços públicos municipais, junto de outro, que são os auxiliares e agentes de biblioteca escolar, tem a exigência de escolaridade de nível técnico completo, mas não teve o benefício dessa redução que fora estendido a vários outros. Ora, por que essa lei foi extensiva a uns e a outros não? Até cheguei a dizer para os servidores que me procuraram que a minha posição pessoal seria para não reduzir para nenhum dos cargos, mas, considerando que a lei foi aplicada para os outros, vi um desequilíbrio no critério, me baseando para reforçar no parecer dado em 2010, quando foi enviado para esta Casa o projeto de alteração da jornada dos técnicos de serviços administrativos, onde constatei que o procurador da Câmara disse o seguinte: “É nosso dever alertar, em nome da tão falada e incompreendida isonomia, que o presente projeto, como apresentado, parece tratar iguais como desiguais, considerando-se que o benefício de redução da jornada de trabalho aos servidores que se submeteram às exigências de um edital de concurso, com a jornada de quarenta horas, com escolaridade exigida de ensino médio

22

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

23

completo, está sendo concedido a uma pequena classe de servidores, cuja natureza, a complexidade e peculiaridade do seu cargo é semelhante ou igual às funções de outros grupos do quadro de servidores da gestão pública municipal”. Esse foi o alerta dado, em 2010, pelo procurador desta Casa, ao emitir seu parecer ao projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo. Assim, vejam que não é uma invenção, não é este vereador que está puxando essa ideia. Na verdade, fui procurado pelos servidores, me aprofundi naquilo que eles disseram e estou aqui com as leis desde o seu nascedouro, sendo que entendi ser justo o pleito deles. Aí, propus isso, através de uma indicação de projeto de lei, inclusive optei por agir dessa forma para deixar registrado aqui. Sei que qualquer vereador tem liberdade para procurar o prefeito e o secretário correspondente e conversar sobre o assunto, mas optei por formalizar. Posteriormente, procurarei o prefeito para conversar com ele a esse respeito, objetivando solicitar que seja avaliada essa possibilidade. Sei também que anteriormente esse pleito já foi levado até ele, e faz tempo que não há uma solução. Isso, desde 2012, quando aqueles cargos que citei foram contemplados. Por essa razão, achei mais razoável fazer dessa forma e também tive o cuidado de ler o Decreto 910/2007, que trata desse assunto, apontando a descrição dos cargos. Registro ainda que a indicação que faço já vai até com um projeto elaborado, com a própria mensagem, pois me baseei naquelas anteriores e tive o capricho de completar com todas as leis atualizadas. Fiz isso, mas sei que a prerrogativa de apresentar a proposta é do Poder Executivo. Assim, deixo claro que não protocolei aqui um projeto de lei, e sim uma indicação. É a mesma forma como indico ao prefeito que faça o calçamento de uma rua, e ele, então, verifica se há orçamento, como está o cronograma da secretaria correspondente e ouve o procurador. Portanto, essa indicação protocolada tem os seus caminhos a percorrer, e eu já deixei claro antes aos servidores que me procuraram que o vereador não pode fazer esse tipo de projeto. Depois de fazer a sua análise, o prefeito sim tem a competência de enviar a proposta a esta Casa e, junto aos representantes da categoria, vamos pleitear essa medida, entendendo que a mesma é justa diante do benefício já ter sido dado a outros servidores. Como já foi dito aqui, a Câmara tem todo o interesse de colaborar com os servidores, mas dentro daquilo que é justo, legal e que não venha a ferir nenhum princípio da moralidade pública, da ética e da administração. / **Aparteando Alexandre Bastos Rodrigues:** — Parabenizo V. Ex.^a pela iniciativa e pela responsabilidade que teve de não jogar para a plateia. V. Ex.^a teve o cuidado de apresentar uma indicação, e não um projeto, que com certeza seria vetado. De antemão, fico na torcida para que o prefeito acate essa sua justa indicação e, caso ele envie o projeto para cá, meu voto será favorável ao mesmo. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Muito obrigado! / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Boa-tarde a todos! Ouvi atentamente o que o Vereador Jonas Nogueira disse e acho que nem precisaria ter vindo aqui diante do que o companheiro Alexandre colocou, ou seja, que não se deve jogar para a plateia, e sim votar naquilo que é correto. Acabamos de votar 3,5% de reajuste para os servidores, mas dei o meu voto e pedi que os companheiros também aprovassem, porque é melhor pouco do que nada. Vocês acham que algum vereador aqui votará contra os servidores? Nunca! Ora, se fizer isso será o mesmo que querer colocar a corda no pescoço. Sei que a prefeitura muitas vezes demora para resolver as situações e poderia até evitar esse tipo de humilhação, já que, se pode para um, por que não pode para o companheiro? Por que algumas coisas saem rapidamente para

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

24

uns e demoram para outros? Na política, muitas vezes, há a história de que eu vou favorecer, porque vocês vão me ajudar, mas, pelo que estou vendo, o prefeito está chegando a um acordo para resolver as coisas, inclusive já era para ter feito isso. Se ele tivesse feito isso, não precisaria que eu nem vereador nenhum subisse na tribuna para declarar um voto que todos já sabem que é “sim”. Sempre fui e serei a favor dos servidores. Eu não vim para esta Casa para prejudicar ninguém e sou muito curto e grosso com os meus assuntos. As minhas coisas são muito retas; se é para resolver, vamos fazer isso logo. Peço até desculpas aos senhores, mas não entendi e gostaria que alguém me respondesse se esse projeto já está aqui, se vai ser votado hoje. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Não. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Ele fez uma indicação, e não existe um projeto? Então, o prefeito mandará, não é, líder? / **Aparteando Elias de Souza:** — Espero que sim. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Vai mandar, porque, pelo que entendi, o vereador fez uma indicação interessante, cheia de informações e mensagens, enviando inclusive a minuta do projeto. Quem conhece desses assuntos é o Rômulo, enquanto que o Umberto Júnior é jogador de bolinha de gude e não entende de nada. O Rômulo sabe o que está fazendo. Se o projeto ainda não veio, fico triste, porque o meu desejo era votar de uma vez. Será que não tem jeito para isso, Vereador Elias? Será que não está pronto lá? Ora, tudo é feito em cima da hora, por que esse, que é mais um e é bom, não pode? Senhores e senhoras, contem conosco, porque o DEM é o partido do ex-prefeito Ferraço, deste vereador que vos fala e também do companheiro Amaral, e saibam que estaremos sempre ao lado de vocês. Muito obrigado! / **Rodrigo Pereira Costa:** — Boa-tarde a todos! Endosso a fala dos Vereadores Jonas, Luisinho e Alexandre, declarando que estou aqui a favor dos servidores públicos, e jamais votaria de forma contrária a essa categoria, até porque já fiz parte do funcionalismo municipal. Eu sei o quanto os servidores públicos municipais precisam ser valorizados diante de sua importância para que a máquina pública funcione. Agora, farei menção a um requerimento que apresentei, solicitando este plenário para o próximo dia 09/07, de 9:00 às 12:00 horas, para debatermos nesta Casa a questão do agendamento de consultas de especialidades, os agendamentos do CRE. É grande a dificuldade para conseguir o agendamento em Cachoeiro no que se refere à cardiologia, psiquiatria, neurologia, ortopedia e outras especialidades. Traremos aqui um representante do Estado e do Município, contando com a presença dos vereadores e da população em geral, que está sofrendo, chegando a aguardar dois anos ou até mais por uma consulta com especialista. Como presidente da Comissão de Saúde, quero entender até que ponto está organizada essa marcação, de quem é a responsabilidade e qual o tipo de convênio existente entre Estado e Município. Assim, quando formos questionados pelos usuários, teremos como responder a quem compete essa marcação. Dessa forma, deixo registrado o convite a todos para esse debate, mediante o grande clamor que há por conta da morosidade para marcação de consulta com especialidades. Entrando no sofrimento do povo, a Comissão de Saúde vai buscar um denominador comum, pois os pacientes carecem de um acompanhamento regular e não estão conseguindo, visto que só conseguem retornar ao profissional daí a dois, três anos. Como ter uma patologia tratada sem conseguir acesso a um acompanhamento regular de um profissional? Espero que esse debate seja inteligente e produtivo, como foi o referente à saúde mental, que abriu um leque muito grande para formação da política de saúde mental no

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

25

Município, que hoje já está avançando, possui planejamento, há um grupo condutor debatendo o assunto e as famílias já estão sendo atendidas pela ação social e pelo setor de saúde. Com essa audiência pública, queremos instigar os gestores estaduais e municipais, dizendo que a Câmara de Cachoeiro está preocupada com essa demora e quer saber como está organizado esse setor no Município. Muito obrigado! / **José Carlos Amaral:** — Boa-tarde a todos! Ao longo das votações nesta Casa, principalmente para me manifestar em relação às emendas apresentadas ao PDM, costumo dizer que elas são ilegais, imorais e inconstitucionais. Podem levantar para verem que sempre que ocorreram aqui essas votações o meu voto foi contrário. Hoje, há várias alterações no PDM aprovadas por esta Casa de Leis, que o Tribunal Pleno considerou como inconstitucionais. Os relatores, por unanimidade, acolheram a arguição para declarar a inconstitucionalidade da lei. Vereador David, V. Ex.^a, que é advogado, sabe muito bem do que estou falando. Infelizmente, não é só com relação a esta aqui, não, há mais duas. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Qualquer alteração feita pelo conselho do PDM precisa necessariamente passar por audiência pública. A prefeitura, assim como a Câmara, fez uma convocação, mas, nesse processo, o Tribunal entendeu que isso foi insuficiente para ser considerado uma consulta popular, antes de mexerem no Plano Diretor Municipal. Quem faz as alterações e as envia ao prefeito é o conselho. O conselho disse que realizou as audiências, mas o juiz de primeira instância e, agora, o Tribunal Pleno consideraram não ter havido isso. Esse processo é de 2009, mas só foi julgado agora. Por eles não terem considerado isso como audiência pública, declararam inconstitucionalidade, ou seja, o PDM volta ao que era antes. Eles deixaram claro que envolveu impacto ambiental. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Declararam inconstitucional apenas com relação às emendas apresentadas ou ao PDM como um todo? / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Só aquela lei de 2009 que modificou o PDM. Ainda disseram que é preciso ver o impacto ambiental que a construção de algum imóvel favorecido pela emenda possa ter causado ao Município. Agora, tal emenda se tornou inconstitucional. / **José Carlos Amaral:** — Há pessoas fazendo vista grossa quanto às obras. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Proponho que o presidente do conselho venha à Câmara nos explicar sobre essa situação, pois votamos uma lei. / **José Carlos Amaral:** — Temos que abrir uma CPI para apurar essa situação, pois há trinta obras irregulares no Município. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Acho que, inicialmente, o presidente do conselho deve nos explicar sobre isso. / **José Carlos Amaral:** — Há muitas obras ilegais por aí, como o Residencial Jequitibá, o Edifício Dourado, o Residencial Beira Rio, a Rádio Cachoeiro e outras. O PDM está trabalhando para atrapalhar a vida do pobre, que é multado e enfrenta o diabo. Recebi a informação de que há gente ligada ao PDM que, só porque tem um escritório de projetos, assina até autorização. Eu vou atrás disso, pois vi a fumaça, mas não sabia que já estava incendiando. Tenho a relação de trinta obras de poderosos que foram liberadas ilegalmente, inclusive posto de gasolina. Vou tocar um barulho danado neste Cachoeiro em cima disso, pois quero apurar tintim por tintim. Procurarei os pobres que foram multados. Por que o rico, os poderosos, os donos de grandes empresas e de loteamentos podem fazer obras que desrespeitam o PDM? Tenho documentos, e isso não é conversa fiada, não. / **Aparteando Elias de Souza:** — V. Ex.^a tem o nome do posto de combustível? / **José Carlos Amaral:** — O senhor sabe muito bem que não se pode construir posto de gasolina a menos de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

quinhentos metros de outro. Há dois postos: o Toshiba e o Avenida. Essa proibição consta da lei. Ainda há prédios de poderosos onde não deixaram recuo nem nada. Tenho a relação de uns trinta, e ainda vão aparecer mais. Na Beira Rio, estão fazendo obras que não poderiam ser feitas. Outra coisa que está acontecendo em Cachoeiro é que o cara pede um alvará para reformar, mas acaba fazendo uma construção nova. Quando o pobre faz um barraco para sair do aluguel, a fiscalização aparece para medir tudo, enquanto na construção do rico ela passa por cima. Há um monte de empresas assim, como a Creta e outras mais. Vou apurar tintim por tintim e pedirei ao meu advogado para pegar todos os processos no Tribunal, inclusive os novos, para chegarmos a um denominador comum. O pobre apanha, enquanto o rico recebe as benesses do Município. Não estou falando da boca para fora, e sim com documentos comprobatórios. Muito obrigado! / **Delandi Pereira Macedo**: — Boa-tarde a todos! Senhores, foi protocolado nesta Casa o pedido em caráter de urgência para apreciação do projeto que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação. Esse plano tem gerado muitos debates em nível nacional. Todos os Municípios do país têm que votar esse plano até o dia 24/06, inclusive acredito que teremos sessão na próxima terça-feira, mesmo sabendo que, na quinta-feira, haverá a entrega das homenagens em comemoração aos festejos da cidade. Digo isso, porque esse projeto terá que ser apreciado até o dia 24/06, prazo esse irrevogável. Tenho recebido muitos e-mails, mensagens no facebook e até uma carta da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – a qual acredito que os colegas também tenham recebido, pedindo que estejamos alertas quanto a esse plano. Recebi também no face uma informação importante da psicóloga Mariza Lobo, que foi alvo de uma ação para cassar o seu registro de psicóloga, a qual foi arquivada. Ela tem lutado muito pela família e em defesa das causas que têm sido debatidas em nível nacional. No ano passado, o Plano Nacional de Educação foi aprovado pelo Congresso. A questão da ideologia de gênero não foi aprovada em nível nacional, e também não acredito que será aprovada nesta Casa. Por isso não ter sido aprovado no plano nacional, maquiaram para que esse projeto fosse aprovado nas Câmaras Municipais, implantando-se a questão da ideologia de gênero, mas há a mobilização das Igrejas Evangélicas e da Católica e de todos nós, vereadores, que entendemos que é preciso preservar a família tradicional. Não podemos abrir mão do ensinamento do que é ser homem e do que é ser mulher. Esse não é um debate político e social simplesmente por questões religiosas, mas não tenho dúvida de que precisamos também defender os princípios da Nação. O Brasil é um país cristão, que tem um berço já construído debaixo da tutela familiar, e, agora, de repente, aparece um grupo de minorias que quer nos enfiar goela abaixo uma nova imagem de família, desconstruindo tudo aquilo que aprendemos. A base de uma boa sociedade é a família bem estruturada, bem construída. Então, precisamos analisar esse plano com muito critério. Quando eu li a base do projeto no site da prefeitura, estava lá também a questão da ideologia de gênero, mas, de uns dois dias para cá, isso foi retirado do ar. Eu não sei se tiraram do ar para mudar o artigo, esse item, ou se simplesmente o retiraram para não deixar que observássemos isso no Plano Municipal de Educação. O projeto está na Casa, e temos uma semana para analisá-lo antes de o apreciarmos na próxima sessão. Na verdade, o Plano Municipal de Educação é a diretriz que será dada nas escolas para a educação das nossas crianças na próxima década. Aí, precisamos fazer com que o Município tenha uma base correta para o ensino das crianças, de maneira a

26

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

que não venham a deturpar o uso e o direito de os pais conduzirem o ensinamento de seus filhos, que podem ser constrangidos e até contra-atacados com o aprendizado dado pela escola. O pai e a mãe ensinam uma coisa em casa e, na escola, o professor será obrigado a ensinar outra completamente diferente. Os professores terão que seguir a orientação desse plano. Mesmo com o acompanhamento de perto do Vereador David, estava no site essa questão de gênero. Espero que o projeto original esteja sem esse item, evitando-se, assim, qualquer tipo de constrangimento ou mesmo que tenhamos que apresentar emenda, o que causará um desgaste ainda maior. Cachoeiro de Itapemirim necessita sim de uma educação de qualidade. É nosso dever aprimorar isso, e não fazer com que as nossas crianças tenham suas mentes deturpadas. Ora, uma minoria quer nos enfiar goela abaixo o ensinamento que deturpa a imagem da verdadeira família, a construída com base sólida, a que tem dado sustentação a este país. Eu não tenho dúvida de que isso vem de um grupo, infelizmente, incentivado por parte do Governo Federal. O ativista gay chamado Jean Wyllys, que é deputado federal, tem usado isso como base para se promover. Agora, ele entrou com mais uma história. Olhem o cúmulo do absurdo que essas pessoas querem implantar em nosso país! Onde elas querem chegar?! O Jean Wyllys quer proibir o uso da Bíblia. Isso está nas mídias. Ele apresentou, no Congresso Nacional, um projeto para mudar a Bíblia, assim como mudaram um texto de Monteiro Lobato. Ora, se mudamos o texto de Monteiro Lobato, por que não podemos mudar a Bíblia? Ele diz que a Bíblia é homofóbica, pois fala contra a prática homossexual. Então, teremos que mudar o texto da Bíblia, porque ela é homofóbica? Isso é o cúmulo do absurdo! Eu não tenho nada contra essa questão de identidade, do que a pessoa quer ser na vida, pois cada um tem o seu direito, e não vejo nenhum problema nisso. Se a pessoa quer ser homossexual, transexual ou heterossexual, essa é uma questão individual. Cada um é aquilo que acha que tem que ser. Nem o próprio Deus impôs a ninguém ser o que Ele acha que o homem deveria ser. Deus dá liberdade para a pessoa escolher o que bem quer. Agora, querer colocar imposições para uma sociedade, construída em base sólida, aí é querer mudar a cabeça de todo o povo brasileiro. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — V. Ex.^a disse que a prefeitura tirou isso do site? / **Delandi Pereira Macedo:** — Pelo menos eu não consegui acessar nos últimos dois dias. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Tirou sim, mas voltou novamente, estando com cento e setenta e uma páginas. / **Delandi Pereira Macedo:** — Que bom que voltou, pois, assim, será mais fácil até para divulgar para as pessoas, que poderão acessar a página. Realmente, a demanda está muito grande. A própria Igreja Católica está incentivando esse debate, basta ver que recebi um texto da CNBB, o qual os senhores também devem ter recebido. Recebi vários textos pedindo que fiquemos atentos para que não seja aprovada essa questão de gênero no Plano Municipal de Educação. Acredito que todos os vereadores aqui têm o propósito de defender as famílias cachoeirenses, porque o Plano Municipal é para atender às necessidades do Município na área da educação. Muito obrigado! / Prosseguindo, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **David Alberto Lóss:** — Boa-tarde a todos! Quero dizer que hoje foi protocolado aqui o projeto de lei que trata do Plano Municipal de Educação. Na verdade, o plano em vigor acabaria em 2018, tendo começado em 2008. Agora, ele foi interrompido, e o novo plano começa a vigorar em 2015 e vai até 2025. Trabalhei nesse plano,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

através do Fórum de Educação de Cachoeiro. Todos os Municípios do Brasil são obrigados a aprovarem seu Plano Municipal de Educação até o dia 30/06, sob pena de enfrentarem problemas até com relação a recebimento de verbas. A Secretaria de Educação, que é responsável por isso, montou o Fórum Municipal de Educação, inclusive participamos de reuniões e levamos mais de um ano para elaborarmos o Plano Municipal de Educação. Elaborado o plano, foi aberta a discussão, juntamente com o pessoal do fórum e com os professores. Feito isso, o Plano Municipal de Educação foi encaminhado ao prefeito, e ele, através de projeto de lei, o enviou à Câmara para análise. Aprovado pela Câmara, esse plano receberá a sanção do prefeito e entrará em vigor. O que tem o Plano Municipal de Educação? O que se pretende com esse plano? Que sejam estabelecidos objetivos, metas no que se refere à educação local para os próximos dez anos. A primeira coisa que há nesse plano é um diagnóstico de como está a situação atual de Cachoeiro em todos os sentidos, como educação de jovens e adultos, educação especial, educação formal, regular, do ensino fundamental, do ensino básico, médio, superior, privado, público, prédios, enfim, é um diagnóstico completo de como está essa área no Município. Essa é a primeira parte do plano, que é bem longo. A partir daí, passa-se, então, a estabelecer estratégias, sempre tendo como meta o que foi previsto pelo conselho nacional. Portanto, existe um conselho nacional que regula isso. Feito o diagnóstico da atual realidade do Município de Cachoeiro de Itapemirim, as metas são projetadas para os próximos dez anos. Essas metas foram pré-colocadas pelo próprio conselho nacional, claro que não na íntegra, já que os Municípios vão fazer suas adaptações. São vinte metas, como, por exemplo, o que queremos quanto à educação especial. Qual a estratégia para se chegar a esse objetivo nos próximos dez anos? Então, há a meta e também a estratégia. Antigamente, quando se falava em educação, imaginava-se o professor, a escola e os alunos, e hoje não é mais assim, pois há alunos fora da faixa, há os que dependem de atendimento especial, os que não foram alfabetizados na idade certa, há a questão da merenda, a do plano de cargos e salários, etc.. A meta 20 falava de plano de cargos e salários dos professores que trabalham nessa área; aí houve um questionamento, e foi quando eu fiz uma alteração. O que o Plano Municipal de Educação estava prevendo? Que haveria a elaboração de um plano de cargos e salários do profissional do magistério. Os professores que estavam aqui questionaram. “Se vão fazer um novo plano para nós, como está previsto no PME, o que será dos nossos direitos adquiridos até então dentro do plano geral do funcionalismo público de Cachoeiro?” Daí, eu fiz uma alteração, dizendo que “ficam garantidos todos os direitos adquiridos pelo pessoal do magistério no plano geral de cargos e salários da Prefeitura de Cachoeiro”. Isso foi votado e consta agora do plano. Qual a polêmica criada? Cientistas dizem que sexo é masculino e feminino; agora, há pelo menos sete gêneros: homossexual masculino, homossexual feminino, bissexual masculino, bissexual feminino, homem, mulher e transexual, que é aquele camarada que por dentro é de um jeito e por fora de outro, e vice-versa. O que estava previsto no plano? Há uma frase que constava do documento original, e me parece, não tenho certeza, que o Plano Estadual de Educação contém a tal da ideologia de gênero, que é o grande problema que está ocorrendo. Quando se fala em ideologia de gênero, vem o seguinte: “Superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual e na garantia da acessibilidade”. No Plano Municipal de Educação de

28

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Cachoeiro, entre as cento e trinta e quatro páginas, não há sequer a palavra “gênero”. / **Delandi Pereira Macedo:** — Eles mudaram para “diversidade”. / **David Alberto Lóss:** — Sim, por diversidade. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Tive a informação de que retiraram a expressão “ideologia de gênero” e colocaram “diversidade”; então, só trocaram de nome. / **David Alberto Lóss:** — Eu também falarei sobre isso. O que há no Plano Municipal de Cachoeiro? O perfil do Município, o diagnóstico atual da educação em todos os níveis, a fixação de metas e a estratégia para cada um dos eixos temáticos relacionados à educação, considerando seus agentes, que são os professores, etc.. Esse é o documento que está aqui. Essa polêmica gerada não é de agora, não, é antiga. Vou ler para os senhores o seguinte trecho: “Ideologia de gênero, melhor dizendo, ideologia da ausência do sexo, é uma crença, segundo a qual os dois sexos, masculino e feminino, são considerados construções culturais e sociais, e assim os chamados papéis de gênero (que incluem a maternidade da mulher — decorrem das diferenças de sexos e seriam alegadamente ‘construídas’) — são também ‘construções sociais e culturais’ e, por isso, não existem”. Essa é uma coisa criada pela sociedade ao longo do tempo: você é menino e você é menina. Glória Stainem diz: “É uma falsa divisão da natureza humana feminina e masculina”, e a escritora Simone Beauvoir definia “a gravidez como limitadora da autonomia feminina porque, alegadamente, a gravidez cria laço biológico entre a mulher e a criança e, por isso, cria um papel de gênero”. O nosso Plano Municipal de Educação fala em crianças, jovens e adolescentes o tempo todo, e não se refere a gênero. Como seria isso na prática? O aluno vai se matricular na escola e, no item gênero, ficará em branco? E quanto à cor? Também há a questão da cor. Em vez de colocar sexo masculino ou feminino, querem gênero, que são pelo menos sete, como já disse anteriormente. Estou dizendo que isso não está no nosso Plano Municipal de Educação. O Vereador Delandi disse que consta “diversidade”, mas é preciso olhar o contexto de onde está escrito essa palavra. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — No mesmo contexto de onde estava a palavra “gênero”. / **David Alberto Lóss:** — Veja o contexto atual. / **Delandi Pereira Macedo:** — Eu vou olhar. / **David Alberto Lóss:** — O contexto atual fala de uma série de questões que não têm nada a ver com a sexual. É bom ler tudo, contextualizando, e não pegar a palavra “diversidade” solta. Lá, constam os assuntos que serão tratados. O Plano Municipal de Educação é para estabelecer metas e estratégias do que nós queremos para os próximos dez anos. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — A questão toda é que a diretriz do Fórum Nacional de Educação instituiu algumas bases para serem discutidas dentro do Plano Municipal, inclusive V. Ex.^a citou algumas delas, mas o que traz essa discussão é o seguinte: na página vinte e cinco: promover a diversidade de gênero; página trinta e seis – disseminar materiais pedagógicos. Esse é o propósito do plano. / **David Alberto Lóss:** — Qual plano? / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — A diretriz do fórum nacional. / **David Alberto Lóss:** — De lá. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — A diretriz para os Municípios. / **David Alberto Lóss:** — Mas isso não está no nosso plano. Nós seguimos o Congresso Nacional, que retirou tudo isso. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — V. Ex.^a está dizendo a verdade, pois o Congresso Nacional derrubou tudo, só que o Fórum Nacional de Educação está querendo implantar isso nos Municípios, visto que não conseguiram lá. / **David Alberto Lóss:** — Perfeitamente. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Juntou todo

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

30

mundo, bateu em cima, e tiveram que retirar isso, mas agora estão querendo implantar nos Municípios. / **David Alberto Lóss:** — Aqui não. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Há Municípios por aí onde isso vai passar tranquilamente. As pessoas podem dizer que essa discussão é apenas por questões religiosas, mas não é isso, não, é uma questão social. O que eles estão orientando é que seja promovida a diversidade de gênero, disseminando materiais pedagógicos que promovam a igualdade de gênero, orientação sexual e identidade de gênero. / **David Alberto Lóss:** — Isso é um absurdo! / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — “Desenvolver, garantir e executar anualmente, nos sistemas de ensino, fórum de gênero, inserir na avaliação de livros critérios eliminatórios para obras que veiculem preconceito ao gênero, orientação sexual e identidade de gênero”. Essa é a diretriz do fórum para os Municípios. Ainda diz assim: “Garantir condições institucionais para a promoção da diversidade de gênero e diversidade sexual, elaborar diretriz nacional sobre gênero e diversidade sexual na educação básica e superior, ampliar os programas de formação continuada dos profissionais de educação sobre gênero, diversidade e orientação sexual”. Isso quer dizer: ensinar os professores como eles devem orientar as crianças no que tange à questão da diversidade de gênero. Então, isso tem uma amplitude muito maior do que podemos imaginar. / **David Alberto Lóss:** — Perfeitamente, mas tudo o que foi dito por V. Ex.^a não consta do Plano Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim. Posso garantir isso, até porque trabalhei nesse plano, o qual refizemos. Em 1994, fui secretário de Educação em Cachoeiro e fiz um plano de cargos e salários do magistério, mas, infelizmente, ele foi violentado ao longo dos anos. O que o fórum nacional está pedindo é que seja colocado no PME exatamente aquilo que foi feito em 1994, no plano de cargos e salários. Os professores participaram das reuniões. O que o plano diz? Que será elaborado um plano de cargos e salários do magistério. Agora, ao ser elaborado, é preciso que se preste atenção, porque no PME estão garantidos os direitos adquiridos pelos professores no plano geral da prefeitura. Com relação à diversidade de gênero, pedi à secretária de Educação que fizesse uma nota oficial. Fiz um texto e o encaminhei ao padre da São Camilo, do qual não me recordo o nome agora, e ele me respondeu, agradecendo, porque se convenceu. O nosso cuidado aqui é ver folha por folha do projeto. O Vereador Delandi está certo. No meu texto, coloquei que, ainda que sub-repticiamente alguém fizesse constar um termo que encaminhasse a uma possível futura diversidade de gênero, eu seria o primeiro a fazer uma emenda aqui na Câmara. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Hoje, surgiu uma dúvida com relação a essas prerrogativas que o senhor já encaminhou no projeto de lei referente ao plano de cargos e salários. V. Ex.^a poderia identificar no projeto qual o artigo? / **David Alberto Lóss:** — Na meta 20. Nós vamos discutir isso, mas é a meta 20 que trata da questão do profissional. Como já disse, é preciso observar qual é a meta, a estratégia e como isso será cumprido. Para cumprir estratégia, é preciso ter gente, e aí entra o protagonista, que é o professor, o pedagogo, o diretor, etc.. Há uma nota dos bispos da CNBB que diz: “Num apelo especial, dirigimos a todos os prefeitos, vereadores e demais cristãos que atuam profissionalmente no campo da educação e áreas afins para que não se omitam nesse processo de definição de planos educacionais”. Em Alagoas, na Câmara Municipal de Maceió, houve um quebra pau danado e, no final, retiraram do texto essa expressão. Muita gente acha que isso é uma bobagem, mas

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

31

não é, e precisamos ter cuidado. O nosso texto fala sempre em crianças e adolescentes; em nenhum momento diz menino e menina, e sim crianças. Não cabe menino e menina, a palavra criança engloba tudo. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Gostaria de entender melhor quanto à legislação. A Constituição Municipal tem que respeitar aquilo que está garantido na Estadual e na Federal. A Constituição Estadual precisa respeitar a Federal. Primeiro vem o Plano Nacional da Educação, o PNE, e, depois, vêm os dos Estados e os dos Municípios. Nós podemos agir de forma independente? / **David Alberto Lóss:** — Podemos. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Isso não seria ilegal, inconstitucional? / **David Alberto Lóss:** — Não. Dentro dos eixos centrais, entra a questão dos Municípios. Os Municípios podem legislar sim nesse sentido. O Fórum Municipal de Educação, que trabalhou mais de um ano nesse plano, é exatamente para isso, já que cada Município tem suas peculiaridades. / **Delandi Pereira Macedo:** — E também suas regionalidades. Há coisas que são regionais. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Eu acho que teria que estabelecer critérios a começar pelo nacional. Não consigo entender isso. / **David Alberto Lóss:** — O eixo central do CONAI falava sobre o que o vereador leu ali, e o Congresso retirou tudo. Estamos seguindo o que foi aprovado pelo Congresso Nacional. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Cachoeiro vai seguir? / **David Alberto Lóss:** — Sim, vai seguir. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Mas o Estado não? / **David Alberto Lóss:** — Eu não sei. Existe autonomia municipal para isso, porque a educação foi municipalizada. Há em Cachoeiro escola municipal, estadual, federal e privada. Quando o Município legisla no PME, fica estendido também às escolas privadas, pois se trata de um plano municipal geral. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Já ocorreu audiência pública, além dessas que estão sendo realizadas esta semana? Na semana passada, houve um encontro aqui na Câmara, e gostaria de saber se ele foi uma audiência pública. / **David Alberto Lóss:** — Não. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Foram só essas audiências públicas? / **David Alberto Lóss:** — Foram quatro audiências. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — No convite, fala sobre audiência pública para participar da apresentação do documento. Eu não compreendo jurídica nem tecnicamente como enviar um projeto antes de concluir as audiências públicas, se são nelas que vai se ouvir a população, conforme a lei pede, para aí sim formatar o projeto. A proposta já chegou aqui, mesmo estando ocorrendo audiência pública hoje, inclusive haverá outra amanhã e também no dia 18/06. Então, para que serve a audiência pública, se o projeto já está aqui? / **David Alberto Lóss:** — Quero dizer que hoje só podemos votar o pedido de regime de urgência, e não o plano. Depois que acabarem as audiências, veremos se haverá alteração a ser feita, e os vereadores também poderão apresentar emenda. O projeto chegou à Câmara, e ainda estão ocorrendo essas audiências. / **Delandi Pereira Macedo:** — Essa realmente é uma dúvida. / **David Alberto Lóss:** — Há o problema do prazo, que é até 30/06 para todo o Brasil. Essa questão é fatal. Eu não sei o que vai acontecer com os Municípios que não fizerem seus planos até essa data, mas quem vai sofrer serão as crianças. Em Venda Nova, será feita uma audiência extraordinária. A minha proposta é que, na semana que vem, mesmo com a homenagem ao cachoeirense ausente, façamos uma sessão ordinária aqui. Quando há esse tipo de sessão de homenagem, acaba suprimindo a nossa reunião semanal. Eu sou da área de educação e tenho interesse nisso, além de que Cachoeiro precisa

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

32

ter o seu plano. Na quinta-feira, ocorrerá a sessão de homenagem ao cachoeirense ausente, mas devemos realizar uma sessão ordinária aqui, na terça-feira. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Eu não vejo nenhum problema em ter a sessão ordinária na terça-feira. / **David Alberto Lóss:** — Se suprimirmos a sessão de terça-feira, complicará a situação. Escrevi um texto e mandei para o padre e para o Dom Dario. Não há no nosso Plano Municipal de Educação nenhuma referência à ideologia de gênero. Eles querem retirar masculino e feminino para, no momento oportuno, a criança escolher se quer ser mulher, homem, bi, isso ou aquilo. Essa é a questão. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — A escolha seria heterossexual, homossexual, bissexual, transexual, intersexual ou pansexual. É essa barbaridade mesmo. / **David Alberto Lóss:** — Na minha opinião, a própria lei está acabando com a família. Isso foi criado para resolver o problema da união estável, basta ver que o fórum está cheio desse tipo de processo. Para regularizar essa situação, criaram a figura da união estável, e isso virou moda. Mulher se casa com mulher, e homem com homem. A próxima geração, talvez, entenda isso, mas a minha não entende, não, tem dificuldade. A união estável pode ser entre dois homens sem nenhum problema e ela praticamente elimina a figura do casamento. Há outras coisas que estão sendo aprovadas por aí que destroem gradativamente o sentido familiar. Sou contra a todas as manobras para acabar com a família. Embora eu não seja preconceituoso, vou defender até o final que não se pode tirar a ideia de masculino e feminino. Agora, o cidadão, mais tarde, se quiser, poderá trocar de sexo. O transexual pode trocar de sexo, sendo uma decisão pessoal dele. Não discuto a opção, pois cada um faz o que quer, e repito que não sou preconceituoso. Na minha casa, eu posso ter um altar doméstico? Posso. Posso fazer lá um culto ao diabo? Sim, só não posso externar isso lá fora, pelo menos por enquanto. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — A sugestão de V. Ex.^a não foi acolhida no plano, não, e eu gostaria que o colega olhasse essa situação com carinho. Assim, poderá oportunizar isso, através de emenda. Refiro-me à garantia dos direitos dos servidores do magistério. / **David Alberto Lóss:** — Se isso não consta do projeto, será preciso apresentar uma emenda. É a meta 20. Eu tenho todo o plano no meu computador. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Peço a sua atenção quanto a isso, porque eu não localizei tal sugestão no projeto. / **David Alberto Lóss:** — Precisamos votar hoje pelo menos o pedido de regime de urgência. Quem quiser ler todo o plano pode me passar o e-mail, que eu o envio. Além disso, o plano também está no site da prefeitura, e é o que está valendo. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Quero saber do Dr. Gustavo como será a tramitação dessa matéria. Ora, o projeto já está na Casa, mas a audiência pública ainda está sendo realizada. Como vamos votar aqui? Isso é legal? / **David Alberto Lóss:** — Na minha opinião, hoje votamos apenas o regime de urgência, e não vejo impedimento nisso. A urgência é devido ao prazo que temos para aprovarmos o plano. Agora, podemos não votar o regime de urgência hoje, desde que votemos o projeto até o dia 30/06 para não haver prejuízo. Ficamos um ano e meio fazendo esse plano, e há Municípios que ainda estão enrolados nisso. Muito obrigado! / **Ely Escarpini:** — Boa-noite a todos! Esta semana, saiu na mídia uma matéria falando sobre o Bairro Zumbi. Quero dizer que não sou vereador daquele bairro, e sim do Município de Cachoeiro de Itapemirim, basta ver que visito todas as obras da prefeitura, inclusive gasto 800 reais de gasolina por mês. O meu voto na Câmara é independente, não tenho nada com o

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

prefeito nem tenho secretaria; portanto, a minha consciência está tranquila e não sou levado por ninguém. Fui eleito vereador de Cachoeiro com a maioria dos votos do bairro onde residio há trinta e cinco anos. Todo mundo sabe que o Bairro Zumbi é muito grande, sendo maior até que oito cidades do Espírito Santo, ou seja, uma potência. Fui presidente daquela associação de 2006 a 2008, época em que o prefeito era o Roberto Valadão, diga-se de passagem, um dos melhores que já passaram por Cachoeiro. Talvez, os senhores possam até rir, mas considero Roberto Valadão um dos homens mais honestos do Estado do Espírito Santo e não tenho dúvida disso. Fizemos naquele bairro um grande trabalho, quando eu ainda era líder comunitário. Na época, surgiu o Programa PAC, e veio às nossas mãos um projeto, estabelecendo como deveriam ser escolhidas as ruas, porque o bairro realmente é muito grande. Aliás, tudo lá é grande. A matéria que saiu nos jornais fala da última rua do Bairro Zumbi a ser asfaltada. Então, fizemos um excelente trabalho lá. Quando o prefeito foi até o bairro escolher as ruas, ele colocou no projeto a Rua Guararema, e eu lhe disse que essa já estava asfaltada. Aí, nós fomos até a Rua Nova Venécia, que era a pior via de Cachoeiro. Hoje, naquela rua, há um muro de duzentos e cinco metros de comprimento, sendo que em determinado lugar dele há onze metros de altura; depois da Beira Rio, o maior muro de Cachoeiro está na Rua Nova Venécia, o que salvou todas as casas de lá. Por que estou contando isso? Porque há muitas críticas quanto à administração do Prefeito Carlos Casteglione, mas eu não tenho do que reclamar. Há três meses, liguei para o prefeito e lhe disse que gostaria que ele fosse até o Bairro Zumbi ver uma situação, e em quinze minutos ele chegou lá. Ele entrou em uma casa comigo e viu a situação, quando eu lhe disse que, se não fosse feito algo lá, a criança iria morrer. Na mesma hora, ele ligou para o Secretário Braz, que em vinte minutos chegou lá também. Aí veio a solução. A última rua do Bairro Zumbi, junto ao muro da Selita, foi concluída por uma empresa contratada, que fez um trabalho excelente. Muitos vereadores moram em bairros mais nobres. Na Vila Rica, por exemplo, há muitas ruas para serem feitas, mas aquele é um bairro jovem. Inclusive, Vereador Brás, será feita uma grande obra, a nosso pedido, e gostaria que V. Ex.^a fizesse parte desse trabalho importante lá. O que precisamos no Bairro Zumbi hoje é de uma capela mortuária, e eu arrumei o dinheiro, mas ele voltou; então, precisamos resolver isso. A Igreja Católica não permite velório dentro de suas dependências, e assim todo mundo procura a Evangélica. Vamos estudar uma possibilidade de resolver esse assunto; no mais, eu só tenho realmente que agradecer. Faço um trabalho social lá, visito as famílias, conheço todas as ruas e sei da situação. Vereador Fabrício, gostaria de agradecê-lo por sua atuação junto à Deputada Suely Vidigal, na feitura de uma emenda parlamentar para o asfaltamento e recapeamento de treze ruas. O Vereador Fabrício mora na Rua Renê Nogueira, onde há um muro que necessita receber recursos de emenda parlamentar, devido ao tamanho da obra, mas a via está asfaltada. O único problema que temos hoje no bairro é esse muro da Rua Renê Nogueira e o término da Rua José Antônio Santana. / **Aparteando Alexandre Bastos Rodrigues:** — V. Ex.^a confirma, então, que no Bairro Zumbi não há mais nem uma rua para ser asfaltada? / **Ely Escarpini:** — Para asfaltar não. / **Aparteando Alexandre Bastos Rodrigues:** — As ruas eram de chão? / **Ely Escarpini:** — Sim, de chão. / **Aparteando Alexandre Bastos Rodrigues:** — Há muitas ruas ainda de paralelo? / **Ely Escarpini:** — Acho que, se tiver lá, são uns duzentos metros de paralelos, o

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

resto está tudo asfaltado. / **Alexandre Bastos Rodrigues:** — Que bom! / **Ely Escarpini:** — Isso foi colocado no programa lá atrás, e o prefeito teve apenas que cumprir aquilo que já estava determinado. Eu acompanhei tudo de perto, pois é muito importante a presença do líder comunitário. Participei disso e tive muito apoio do ex-prefeito Roberto Valadão, na época, sendo que 90% da conclusão dessas obras foram feitas pelo Prefeito Carlos Casteglione. Então, isso é mérito dele, já que cumpriu aquilo que estava determinado. São obras muito boas, e o bairro ganhou acessibilidade. Temos também no bairro um CRAS, Centro de Referência Social, que atende a muita gente. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — V. Ex.^a é capixaba? / **Ely Escarpini:** — Sim, de Mimoso do Sul. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — O colega tem um jeitinho de mineiro, vai devagarinho. / **Ely Escarpini:** — A minha mãe era mineira. Costumam me perguntar como eu consigo tantas obras para o meu bairro, e eu respondo que é devido à forma de chegar. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — V. Ex.^a é sempre muito bem recebido, tem uma boa fala. / **Ely Escarpini:** — O meu pai me ensinou a saber pedir. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — O colega também tem muito equilíbrio. Quero parabenizá-lo e estendo também o meu abraço ao Vereador Fabrício, que foi um dos mentores na busca desses recursos para o Bairro Zumbi. / **Ely Escarpini:** — Com certeza. Ele foi um dos puxadores. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Para mim, o Bairro Zumbi é um dos mais nobres de Cachoeiro de Itapemirim. Há pessoas carentes lá? Sim, mas nos outros bairros também há. Porém, a forma como o povo do Zumbi nos recebe é muito gratificante. Digo isso em alto e bom som, porque, quando fui secretário de Serviços Urbanos, o bairro onde eu era melhor recebido era o Zumbi, sempre com um abraço, um sorriso, um cafezinho e com ajuda comunitária. Então, que Deus continue fazendo aquele bairro prosperar não só com a administração do Prefeito Carlos Casteglione, mas também com outras que virão. / **Ely Escarpini:** — Nós temos um posto de saúde lá, do qual não se ouve reclamação. Já ouviram alguém reclamar da saúde no Bairro Zumbi? Eu não ouvi. Temos uma equipe de médicos cubanos que vai de casa em casa e é muito bem recebida. Trata-se de um casal muito simpático, que tem crédito com os moradores do bairro. O Afonso trabalha no posto de saúde há muito tempo e é fera. A demanda no Bairro Zumbi não é brincadeira, mas tem dado tudo certinho. O segredo é saber chegar e pedir. Quase todas as minhas emendas estão sendo atendidas, já que algumas não há condições. Procuro sempre dizer aos secretários que o trabalho deles no Bairro Zumbi tem resposta. Que Deus abençoe a todos. Muito obrigado! / **Brás Zagotto:** — Boa-noite a todos! Senhores, sei que várias comendas são entregues nesta Casa, mas estou fazendo um projeto, concedendo mais uma a um cidadão que luta muito pelo social em Cachoeiro de Itapemirim, que é o nosso amigo Osmar Ribeiro Rosa. Na casa do Sr. Osmar há cestas básicas, cadeira de rodas, cadeira de banho, muletas, cama de hospital, enfim, há de tudo para ajudar as pessoas. Então, na próxima terça-feira, vou protocolar esse projeto de resolução, criando a Comenda Osmar Ribeiro Rosa, e já peço o apoio dos colegas vereadores. Todo mundo conhece o Sr. Osmar em Cachoeiro, sendo ele uma pessoa digna e respeitada, que só faz o bem. Ele usa a Rádio Diocesana para pedir ajuda para as pessoas, e, como é de boa índole, consegue as coisas. Portanto, vamos prestar essa homenagem ao Sr. Osmar. Quem quiser pode assinar esse projeto comigo para que ele seja uma iniciativa de todos os vereadores de Cachoeiro. Muito obrigado! / **Delandi**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

35

Pereira Macedo: — Boa-noite a todos! Quero falar sobre uma indicação que apresentei, solicitando limpeza no Bairro Teixeira Leite, onde há uma Kombi velha e também um monte de lixo. Tirei fotos e espero que a equipe da prefeitura passe por lá. Sei que a população, às vezes, não colabora, inclusive estou refazendo um projeto, e o Vereador Luisinho Tereré também tem uma matéria nesse sentido. Vereador Luisinho, os nossos projetos não passam aqui com muita tranquilidade; se tiverem uma vírgula a mais, são rejeitados. São propostas boas, a exemplo da que trata da remoção de veículos. Vou acertar até conseguir aprovar esse projeto para que possamos dar uma diretriz ao Município, de maneira a que sejam removidos esses carros que ficam à beira das estradas. Gostaria de chamar a atenção dos vereadores para um fato, em especial do professor Léo, que certamente será o nosso futuro deputado federal, visto que é o segundo suplente. Cachoeiro de Itapemirim não tem representante no Congresso Nacional, tinha o Camilo Cola, mas agora não tem nenhum. / **Aparteando Brás Zagotto:** — O Vereador Léo só não pode ir para Brasília e fazer igual ao amigo Mansor fez na Assembleia Legislativa. Ele foi para Vitória e nunca mais voltou aqui. O Mansor se sentava ao meu lado no plenário. / **Delandi Pereira Macedo:** — Quero também parabenizar o deputado federal de Venda Nova do Imigrante ou de Conceição de Castelo, não sei bem, mas é daquela região. Nós já tivemos o Camilo Cola e Ferraço como deputado federal. José Tasso já foi deputado federal? Ok. Nenhum deles teve coragem de apresentar um projeto no Congresso Nacional para trazer para cá a Sudene, mas esse de Venda Nova apresentou. Se o projeto será aprovado ou não, eu não sei, só sei que Cachoeiro está excluído disso. O Jornal O Fato, de hoje, traz a seguinte manchete: “Cachoeiro fica fora de ampliação da Sudene”, mas Venda Nova do Imigrante está incluída, pois é a terra do deputado. Será que eu li errado? A matéria diz o seguinte: “Vejam os Municípios que poderão ser incluídos na área de abrangência da Sudene do Espírito Santo: Afonso Cláudio, Aracruz, Brejetuba, Conceição de Castelo, Domingos Martins, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Itaguaçu, Itarana, Iúna, João Neiva, Laranja da Terra, Muniz Freire, Santa Maria de Jetibá, Santa Tereza, São Roque do Canaã e Venda Nova do Imigrante”. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Ainda bem que eu não votei nesse cara! Eu não votei nele, e sim no Sr. Camilo Cola. / **Delandi Pereira Macedo:** — Mas ele é do seu partido, presidente. O deputado tem razão, pois está puxando para a área dele. Ele não é de Cachoeiro e está conseguindo fazer o que outros deputados não fizeram, que é colocar isso em projeto. Se será aprovado ou não, não sei, mas ele está lutando para isso. Cadê os deputados que lutam por Cachoeiro? Estamos sofrendo, vendo os recursos irem para o Norte do Estado, e nada vem para cá. Lá, há incentivo fiscal. Ele, como deputado federal ainda néscio, já que não tem o conhecimento de muitos outros por ter começado a vida pública agora, apresentou esse baita projeto em Brasília. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Parabenizo V. Ex.^a pelo discurso, pois eu também estava com esse recorte de jornal para comentar sobre isso. Pelo que entendi, o deputado, que é do Partido Verde também, trabalhou na linha de quem estava próximo à Bacia do Rio Doce. Então, é preciso avaliar nesse contexto. Entendi que o posicionamento dele foi no sentido da lei nacional de recursos hídricos, relacionando os Municípios que fazem parte daquela bacia. Talvez, por isso, ele não tenha estendido para todo o Sul do Estado, já que tinha um fundamento. Para tentar obter êxito nesse pleito, vinculou exatamente os Municípios daquela bacia hidrográfica. Eu não conversei com o

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

deputado, mas, pelo que li na matéria, está relacionado a isso. / **Delandi Pereira Macedo:** — V. Ex.^a está defendendo o deputado, eu também o estou parabenizando, e não jogando pedra nele. Ele fundamentou a matéria na questão do Rio Doce. Cadê os outros deputados que não tiveram a ideia de criar um projeto desses? Debatem, discutem, mas ninguém faz um projeto nesse sentido. Depois do projeto feito, ele vai para debate e para a análise das comissões. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Foram citados nomes de diversos deputados que representaram Cachoeiro de Itapemirim, mas preciso fazer justiça a Ricardo Ferraço. Ele foi um dos deputados que mais lutaram para que o Espírito Santo num todo fosse incluído no projeto de atendimento da Sudene. / **Delandi Pereira Macedo:** — Ele não teve a ideia de fazer o projeto. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Mas o Ricardo realmente foi um grande deputado, defendendo essa pauta importante. / **Delandi Pereira Macedo:** — Eu não estou desqualificando ninguém. Às vezes, fico assustado com nós mesmos ao denegirmos a imagem dos políticos. Nós somos políticos também e, se falamos mal de outros, estamos nos incluindo no meio. Não quero desqualificar o trabalho que os deputados já fizeram, pois cada um atuou dentro da sua área; porém, quanto à questão econômica do Sul do Estado, ficamos defasados a cada dia. Enfrentamos dificuldades financeira e econômica, e ninguém toma uma iniciativa. Então, precisamos de uma mudança no sistema econômico da nossa região, porque estamos perdendo empresas para o Norte do Estado. Se esses Municípios forem incluídos na Sudene, e tomara que sejam, vamos perder empresas daqui para Domingos Martins, Venda Nova e outros lugares mais pertos. Muito obrigado! / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Boa-noite a todos! Vereador David, V. Ex.^a me lembrou da lei dos biombos, da qual eu nem me recordava mais. Aí, pedi para pegarem uma cópia dela para V. Ex.^a acompanhar e, se for o caso, melhorá-la. Essa lei cobre tanto dentro das agências bancárias quanto do lado de fora e também inclui as instituições financeiras, como a Dacasa e outras que lidam com valores. Procurei o Dr. Gustavo para saber se essa matéria tinha sido objeto de alguma ADIN, mas não tem nada, está tudo bem. O que não está ocorrendo é uma fiscalização por parte da prefeitura. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Quem promulgou essa lei? / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Foi promulgada pelo Presidente Júlio Ferrare; se fosse sancionada, teria sido pelo prefeito. Essa lei foi criada para a segurança do povo de Cachoeiro, visto que quem ficava na fila observava a pessoa que estava negociando no banco. Sempre aconteciam assaltos, porque a pessoa via quem estava recebendo para roubá-la, depois, lá fora. Hoje, graças a Deus, essa prática está diminuindo. É uma pena os Bancos Bradesco e Itaú não cumprirem isso, e a prefeitura também não os fiscaliza. A prefeitura tem regras a seguir, visto que há a notificação e, depois, a multa. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — V. Ex.^a está falando com relação aos caixas eletrônicos, não é? / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Também. A Caixa Econômica, por exemplo, colocou parede nos caixas internos, mas não nos eletrônicos. Todos nós ficamos expostos nos caixas eletrônicos, onde não se faz apenas depósito e saques mínimos, mas também o chamado CDC, que é o crédito direto no caixa. Eu mesmo precisei pegar um valor emprestado no próprio caixa e transferi 19 mil reais para a minha conta, mas a pessoa também pode retirar o dinheiro ali. Portanto, precisa haver segurança. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Inclusive, em determinada época, havia até aquelas cabines telefônicas, dando-se mais privacidade às pessoas. Poderiam copiar aquele modelo e implantar

36

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

nos bancos. Em Marataízes, em frente à quadra da prefeitura, há dois caixas eletrônicos protegidos por um vidro, com porta automática e tudo. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Isso mostra o respeito que a Caixa Econômica começa a ter pelo cidadão, enquanto os outros bancos não estão nem aí. O Bradesco é um dos maiores bancos do país e não dá segurança nenhuma para o cidadão, sendo que a prefeitura continua a não fiscalizar isso. Vereador Elias, peço a V. Ex.^a que, como líder do governo, alerte-o no sentido de fiscalizar as instituições bancárias de Cachoeiro, de maneira a proteger os cidadãos. Há outras leis na cidade que são boas, mas também não são cumpridas ou não são fiscalizadas. O Vereador Wilson brincou aqui, dizendo que, quando era secretário de Limpeza Urbana, ao ir ao Bairro Zumbi, não encontrava sequer uma rua asfaltada para lavá-la e, agora, ficou feliz ao ouvir o colega dizer que hoje o bairro está diferente. Ficamos felizes, porque o sonho de cada um de nós é ver a cidade pavimentada e urbanizada. Senhores, estiveram aqui hoje alguns alunos da Escola Luis Marques, e uma menina me perguntou como fazer para que um trecho da rodovia seja adaptado, de maneira a que eles possam andar de bicicleta, e eu lhe disse que nós, vereadores, só podemos indicar ao prefeito a feitura dessa ciclovia. Além da ciclovia, também indiquei a construção de calçada do final do Conjunto Ruy Pinto Bandeira, que agora poderia ser do Loteamento Pôr do Sol, até o trevo da Bhrama, e da Cimef ao trevo do BNH. Fiz essas indicações com o intuito de melhorar a cidade. Colegas, conversando com o meu filho, achei superinteressante uma ideia dele. Ele tem dezesseis anos, cursa o primeiro ano do ensino médio e me disse que tinha uma ideia para fazer algo na beira do córrego próximo à nossa casa, bastando apenas autorização. Ele e mais nove amigos da escola estavam tentando fazer um projeto de meio ambiente. Ele queria autorização para levar os amigos e dois professores até a nossa casa. Fiquei superentusiasmado, apesar de saber que isso não será fácil, pois, mesmo que o trecho seja pequeno, é bastante sujo. Vereador Wilson, V. Ex.^a me conhece bem e sabe que sou enjoado e sistemático, mas também sou humilde. O meu pai me ensinou a nunca dizer “eu não entro mais nessa casa”. Hoje, o presidente é o Júlio e, amanhã, poderá ser outro, e, se eu disser que não entrarei nunca mais aqui, não entrarei mesmo, independente de quem for o presidente. Eu tinha o pensamento de não colocar mais os meus pés na Odebrecht, porque não me senti bem lá nem achei correta a forma como um rapaz falou comigo, mas fui humilde, acabei procurando a Malena e fui muito bem recebido por ela e pelo Rodrigo. Não seria por minha culpa que nove, dez meninos deixariam de fazer um projeto. Eu não tenho condições de fazer esse projeto com as minhas mãos, até porque não possuo máquinas nem tanta força assim para limpar aquele córrego. Aí, conversei com um engenheiro, e será colocada uma equipe à disposição para acompanhar esse trabalho. Tal equipe será acompanhada pelo engenheiro ambiental Braconi, a quem não conheço. Os meninos já têm a ideia do projeto, que é bastante simples, sendo a limpeza do córrego, com uma pista lateral feita à mão mesmo e alguns decks para que as crianças possam ver a água passar limpa. Assim, eles poderão animar outros meninos, tanto os da nossa comunidade quanto os de outras, para que possamos limpar o restante do córrego. Esse é o primeiro passo, e bati palmas para a ideia de um garoto de dezesseis anos. Dentro desse propósito, quero também ser humilde e pedir a ajuda da prefeitura quanto à Secretaria de Limpeza Urbana, em relação à mão de obra para ajudar os meninos. Eu também vou ajudar a limpar o córrego. Isso não é

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

38

para agora, pois primeiro será feito o projeto. Tenho certeza de que isso vai valorizar o nosso Município e incentivar outras crianças a fazerem o mesmo. Para mim, isso é uma coisa séria e bacana, professor Léo. Eu não conhecia a secretaria onde o Ricardo trabalha e, ontem, estive com ele em uma reunião. O Alexandre Gasparini me recebeu muito bem e me pediu que levasse os alunos até lá. Então, já estou combinando isso na escola de Córrego dos Monos, pois são pessoas que precisam conhecer outras situações. Muitas só conhecem o distrito, nunca vieram à Câmara, à prefeitura, não sabem quem é o prefeito nem quem são os vereadores. Então, trarei aqui os alunos de Córrego dos Monos, tanto os da rede municipal quanto os da estadual, para que eles possam conhecer todos os vereadores. Acredito que só começando lá de baixo, trazendo os alunos para dentro desta Casa, eles tomarão gosto pela política, e isso vai ajudar a melhorar o Brasil. Muitos pensam que vão ganhar a eleição e ficarão ricos, mas até agora só vi vereador devendo e andando de carro velho. Vejo vereadores mais antigos passando por dificuldade. A política é uma coisa séria. Espero, Maicon, que você e outros jovens entrem na política e vejam a seriedade da situação, porque o mais bobo desses dezenove vereadores aqui sou eu. Por aí você tem uma ideia do que é política. Aqui todos são inteligentes, cada um com a sua capacidade, no seu espaço. Precisamos pensar com seriedade no povo deste Município. Peço a todos os senhores, e não só à prefeitura e à Odebrecht, que participem disso e vejam que esse projeto é viável e bom para o Município. Muito obrigado! /

Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente): — Vamos prorrogar a sessão por tempo indeterminado para o término dos nossos trabalhos. / **Elias de Souza:** — Boa-noite a todos! Quero parabenizar, abre aspas, as curtas palavras do Vereador Ely, que foram sábias. V. Ex.^a usou de muita sinceridade. Foi importante vermos a matéria, falando da última rua do Bairro Zumbi. Aquele bairro é extremamente populoso, maior do que oito cidades de pequeno porte do Estado. O mais importante é que a história vai mostrar, mais cedo ou mais tarde, e ela mostra mesmo, o trabalho do gestor, do político, do prefeito. Realmente, Casteglione fez uma opção muito difícil quando entendeu que é melhor aplicar os recursos públicos nas comunidades que mais precisam da presença do poder público. O prefeito tem feito isso com muita responsabilidade, assumindo desafios que poucos tiveram a coragem de assumir, que era começar determinadas obras em Cachoeiro. O prefeito que fica quatro, seis e até oito anos no poder e faz cinco obras de porte será lembrado eternamente sim, mas a opção do Casteglione foi fazer as pequenas obras, como muros de arrimo, escadarias e asfalto, onde realmente era necessário, levando benefícios para os moradores mais simples e humildes. Raramente o prefeito determina que seja colocado asfalto em cima de paralelepípedo. O registro de V. Ex.^a foi muito interessante, Vereador Ely, e deixo claro que esse é o caminho do gestor que realmente pensa com o coração nas pessoas mais simples e humildes. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Corroborando com as palavras de V. Ex.^a quanto ao foco do prefeito nos bairros mais carentes, digo que o meu irmão trabalha com manutenção e instalação de telefonia e roda por todos os bairros da cidade. Ele me disse algo exatamente nessa linha, destacando que o Prefeito Casteglione trabalhou muito pelas comunidades carentes, já que fez vários muros e pavimentou ruas. Para destacar a isenção dele ao fazer esse comentário, digo que o meu irmão tem antipatia pelo PT. Ele não disse isso para me agradar; pelo contrário, já que não tem simpatia pelo PT e chegou a me dizer o seguinte: “Jonas, se

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

39

você um dia for para o PT, não conte com o meu voto”. A análise dele foi com relação ao trabalho do Prefeito Casteglione. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Quero discordar da colocação de V. Ex.^a quando citou que o Prefeito Carlos Casteglione atuou no Município com pequenas obras. Uma obra como aquela feita próximo ao Detran não pode ser chamada de pequena obra. O muro por cima do campo do Estrela, o qual nenhum outro prefeito teve a coragem de fazer, foi assumido por Carlos Casteglione. Essas obras, assim como a do Bairro Zumbi, citada pelo Vereador Ely Escarpini, precisam ser chamadas de grandes obras. Muitas obras foram feitas por esta administração, grandes e pequenas, todas voltadas para as comunidades mais necessitadas, os bairros de periferia e os distritos. / **Elias de Souza:** — Eu disse que o prefeito optou por pequenas obras, e é óbvio que as faraônicas ele não fez e não fará para ficar eternizado. Quero também registrar que o nosso grande problema, inclusive meu, é muitas vezes não sair para conhecer o nosso próprio bairro, a nossa região, vendo o que o prefeito fez. Eu moro num bairro, abre aspas, privilegiado, que é o BNH, e não saio acompanhando o prefeito nas suas visitas às obras. Aí, acabo ficando na contramão da história. Um exemplo disso é que, no primeiro mandato do prefeito, eu estava no gabinete e o acompanhei ao Bairro Village. Vereador Ely, não sei se V. Ex.^a o acompanhou, mas havia lá muitas obras de muro de contenção, escadarias e asfalto. Na verdade, isso só é visto no processo eleitoral. As pessoas conseguem enxergar as escolas, as reformas e os postos médicos somente no período eleitoral. Fico triste quando ouço dizerem que o Prefeito Casteglione tem 10% de aceitação popular. A pessoa só enxerga a ponta do próprio nariz e o umbigo. Talvez, eu só fale do meu bairro, da minha rua, preocupando-me com o lixo que está na minha porta, e não com os moradores. As pessoas se preocupam com elas próprias, se vão ter retorno político e se vão se reeleger. Acompanhem o prefeito um pouco mais, acompanhem a programação da prefeitura e esqueçam que são oposição. Eu fiz isso no governo de Valadão e não tenho vergonha de dizer que ele deixou boas obras em Cachoeiro, assim como disse o Vereador Ely. Eu era vereador de oposição mesmo. Fiquei triste quando acabou o Programa Prato Cheio do governo de Valadão. Eu o criticava desta tribuna, mas, depois, reconheci que aquele era um grande projeto. Temos que tecer as nossas críticas? Com certeza, pois isso faz parte do ser humano, mas é preciso reconhecer também o que é bom. Casteglione vai ficar sim na história de Cachoeiro como o prefeito que fez mais obras necessárias, que vão realmente dar condições dignas à população. O tempo vai dizer isso. Vereador Maitan, acompanhei a reportagem do jornal de domingo e confesso que a achei muito boa. V. Ex.^a falou de uma investigação, alegando um fato novo, que seriam os processos administrativos de dois servidores, os quais acho que realmente temos que apurar. É importante registrar que esses dois processos estão na Copad, que é um órgão do Governo Municipal responsável por apurar os desvios administrativos dos servidores. Mesmo sendo fora de prazo, abrimos todo o espaço para V. Ex.^a e sua assessoria, através de um documento assinado pelo procurador geral do Município, para que o colega possa realmente ter acesso a isso. Tirar esses documentos de dentro da Copad é impossível, porque a competência de apurar as infrações administrativas é do Poder Executivo, e não da Câmara. É isso o que eu queria responder a V. Ex.^a, e está inclusive no pedido de informação. A competência é do Município, não sendo possível retirar de lá sequer um processo que ainda esteja em tramitação. V. Ex.^a queria essa informação, e

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

40

nós a trouxemos. Estranhei a matéria ser divulgada depois que V. Ex.^a tinha recebido a informação, mas confesso que respeito a sua posição. Se tiver que abrir uma CEI, que ela seja aberta para investigar esse procedimento em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida. Agora, vale salientar que aconteceu o problema exatamente na gestão de um secretário do PDT. Eu não sei se o colega já conversou com a ex-secretária, pois, independentemente de ter acesso ao processo disciplinar, ela poderá lhe passar essas informações. V. Ex.^a também poderia ter acesso aos documentos indo até a atual secretária da pasta, que é do PTB, se não me falha a memória. Parece que a matéria repercutiu, e isso é bom, e até entendi como é um pré-lançamento de candidatura a prefeito. Respeito V. Ex.^a e já disse que, se tivesse a idade do colega e o seu vigor físico, eu também me colocaria como candidato a prefeito, mas, para mim, o tempo já passou, a minha idade não permite isso. O PDT está de parabéns, pois parece que tem dois pré-candidatos. Na verdade, todos os partidos têm que colocar nomes à disposição. O professor David com certeza é um nome extremamente importante para Cachoeiro, pois representa bem a nossa sociedade. Certamente, Cachoeiro estará servido com bons nomes. Nós, do PT, trabalharemos a sucessão de Casteglione. Volto a frisar que só vamos conhecer o legado do Prefeito Casteglione nas eleições de 2016, quando a televisão abrirá um espaço para que seja mostrado aquilo que foi feito nos últimos quatro ou oito anos. Eu não tenho dúvida de que, em nível de Cachoeiro, o processo sucessório já começou. É normal cada pretendente a candidato querer colocar o seu nome à disposição e ocupar seu lugar ao sol. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Eu já estou eleito. / **Elias de Souza:** — Isso é bom. Companheiro Maitan, respeito a posição de V. Ex.^a e, independente de qualquer coisa, a secretaria está à disposição para que o colega tenha acesso a todos os documentos. Muito obrigado! / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Boa-noite a todos! O Vereador Delandi falou sobre a Sudene, e eu digo que, quando vi essa matéria no jornal, lembrei que o colega criou aqui uma frente parlamentar para o desenvolvimento econômico do Município. Salvo engano, o Presidente Júlio também criou alguma coisa nesse sentido. Parabéns ao Deputado Evair de Melo, porque ele buscou iniciativa para tentar inserir aquela região na Sudene. Pensei se não seria o caso de elegermos aqui uma comissão de vereadores ou até aproveitar essas frentes já criadas para buscarmos junto a outros deputados, como o próprio Evair, apoio para essa situação. Tenho feito um levantamento de informações para entender como o Norte do Estado foi incluído na Sudene, sob que fundamentos e argumentos. Falta muito para eu avançar, mas vi que isso aconteceu quando ainda era a Adene, que depois virou Sudene. Isso tinha a ver com o semiárido, com a característica da região, com o relevo etc., próximo ao sertão da Bahia, na divisa. Uma ideia minha que está anotada como pendência de providência é enviar um ofício para a OAB ou outra entidade, pedindo que façam um estudo aprofundado de toda a história, toda a origem e a base legal que levou o Norte do Estado para a Sudene e por que o Sul não poderia fazer parte disso. Deixo isso como sugestão para a Câmara. Li a lei de criação da Sudene e vi que um dos objetivos dela é promover a igualdade de oportunidades e de condições dentro do Estado, mas no Espírito Santo hoje acontece exatamente o contrário. O objetivo da lei que instituiu a Sudene era promover essa igualdade de condições, o equilíbrio. Antes, houve um período muito grande de seca no Nordeste, o que atingiu também o Norte do Estado do Espírito Santo, mas hoje vivemos uma situação inversa. Temos

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

41

exatamente uma desigualdade, um desequilíbrio total em relação ao Norte do Estado, basta ver que muitas empresas transferem sua sede para lá. Em São Mateus, Linhares e Colatina há várias indústrias se instalando, e nós ficamos aqui à mercê dessa situação, porque não há esses incentivos. Se a Casa quiser, pode enviar esse ofício de forma coletiva ou através da Mesa. O que importa não é quem fez, quem levantou a bandeira, e sim defendermos o interesse do desenvolvimento de Cachoeiro. Por isso, estou me pronunciando aqui, em vez de ser egoísta e fazer para, depois, apresentar aos senhores. Esse não é o meu objetivo, e sim contribuir com esta Casa e com a sociedade. É claro que não é iniciativa nossa propor um projeto de lei para isso, já que tal procedimento cabe ao Congresso Nacional, através de um deputado federal ou de um senador. Às vezes, eu penso que, se fosse tão simples assim, o nosso senador já teria feito um projeto, mas, por outro lado, não podemos nos acomodar com essa situação, achando que não tem jeito; pelo contrário, devemos pensar que é possível sim. Vamos provocar e cobrar de quem nos representa, ainda que tenhamos que sair com uma comissão daqui, ou todos nós juntos, e irmos a Brasília ou trazermos um desses parlamentares a esta Casa. É importante nos posicionarmos de uma forma mais efetiva. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Se não estou equivocado, a inclusão do Norte do Espírito Santo na Sudene passou por Ricardo Ferraço, quando ele era deputado federal. Ele foi artífice e trabalhou bastante nesse projeto. Ele seria a pessoa indicada, pois tem tudo a ver com aquela região. A inclusão do Espírito Santo na área da Sudene foi um trabalho dele, inclusive, na época, não conseguiu incluir a Região Sul do Estado. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Então, poderíamos agir nas duas frentes. Vamos pedir a OAB, que é uma ordem que tem interesse em contribuir com a sociedade, para que ela providencie, na esfera jurídica, esse estudo e, depois ou paralelamente, convidaremos o Senador Ricardo Ferraço para vir aqui nos mostrar quais são os entraves. Sempre dissemos que o Sul do Estado não está incluído na Sudene, e o Norte sim. Por que isso? Como podemos mudar essa situação? Assim, partimos para uma análise mais aprofundada. Também quero dizer que a Lei Federal 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, fala do prazo de um ano para a apresentação do Plano Municipal de Educação, contado a partir da publicação da lei. Essa publicação se deu no Diário Oficial do dia 26/06/2014; então, não temos muito tempo, sendo preciso discutir isso e ver que providências deverão ser tomadas, com emendas, se for o caso. Esse plano tem trezentas e cinquenta folhas. Parece que no site do Município o plano possui cento e setenta e uma folhas, e temos de hoje até terça-feira que vem para analisar essa questão. Eu estava atento a esse assunto e posso dizer que, no Jornal A Gazeta, de 07/06, o jornalista Carlos Alberto de Franco disse que “o governo não pode passar por cima da lei e do Congresso. O que está por trás de tudo é mais uma tentativa de impor às crianças a ideologia de gênero”. Ele discorre, em seu artigo, dizendo exatamente parte do que foi falado aqui. Esse é um plano para uma década, e é muito séria a nossa responsabilidade aqui. Esse assunto foi amplamente discutido no Congresso Nacional e adequado; aí, vem o Plano Nacional de Educação e ignora o que o Congresso discutiu e alterou. O PNE quer reintroduzir aquela linha do que originalmente se planejou. O jornalista, em uma de suas óticas de análise, diz o seguinte: “Trata-se da distorção completa do conceito de homem e mulher ao propor que o sexo biológico seria um dado do qual deveríamos libertar-nos em busca da composição livre e arbitrária da identidade de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

42

gênero. Não existe menino nem menina, promove-se o neutro”. Ele diz que “a ideologia de gênero traz diversos inconvenientes para a educação: a confusão causada nas crianças no processo de formação da sua identidade, a sexualização precoce na medida que promove uma necessidade da diversidade de experiências sexuais para formar o gênero, a abertura de um perigoso caminho para a legitimação da pedofilia, uma vez que a orientação pedófila também é considerada um tipo de gênero, a banalização da sexualidade humana dando o ensejo ao aumento da violência sexual, sobretudo contra mulheres e homossexuais, e a usurpação da autoridade dos pais em matéria de educação de seus filhos, principalmente em temas de moral e sexualidade. O governo não pode passar por cima da lei e do Congresso Nacional. Os vereadores têm a oportunidade e o dever de barrar esse atalho autoritário”. Deixo essa análise do jornalista para que possamos também fazer a nossa reflexão. Muito obrigado! / Passamos ao **Horário das Lideranças.** / **Alexandre Valdo Maitan (PDT):** — Boa-noite a todos! O secretário leu um convite, mas eu gostaria de renová-lo, dizendo que a Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas da Assembleia Legislativa realizará, no dia 18/06, às 14:00 horas, uma audiência pública com o objetivo de discutir e avaliar a Lei Federal 13.019/2014. Estendo esse convite a todos os vereadores. Gostaria de agradecer a cessão do plenário, no sábado, para a realização da convenção do PDT, ocasião em que a chapa 2, encabeçada pela Andressa Colombiano Louzada, sagrou-se vencedora, com noventa e cinco votos contra trinta e seis, da chapa 1. O diretório vai se reunir amanhã, mas tudo indica que a Andressa será a nova presidente do partido. Ela não chega à presidência devido a nenhum vínculo, e sim por sua capacidade, e será orgulhosamente a primeira mulher a ser presidente do PDT, partido do qual me orgulho muito de ser filiado, e o professor David também. A irmã da Andressa Colombiano Louzada é presidente do PTB. Andressa, você ocupará o cargo por mérito, e não por conveniência. Respondendo ao Vereador Elias de Souza, digo que o documento que ele me entregou não tem a assinatura do procurador geral do Município. Eu confio em V. Ex.^a, e não há problema nenhum. Professor David, V. Ex.^a é operador do direito, assim como o Vereador Jonas, e gostaria que me acompanhasse nessa situação que relatarei agora. O prefeito municipal foi condenado criminalmente, porque servidores do Município foram negligentes quanto à forma de licitar. Na Secretaria de Habitação já foi comprovado que dois servidores adulteraram o programa de classificação do Minha Casa Minha Vida. A secretaria era do PDT, e isso envolve dois servidores efetivos, que não são do quadro do partido. Por sermos do PDT, a nossa responsabilidade é muito maior em apurar isso, até para eximir ou não companheiros nossos que estavam lá e poderiam ter sido negligentes nessa situação. O que me foi facultado pelo procurador é que eu fosse pessoalmente ou designasse servidor do meu gabinete para olhar o processo administrativo; entretanto, ficava sob a minha responsabilidade se informações do processo vazassem. Somos todos bonzinhos em Cachoeiro, mas, supondo que eu tivesse acesso às informações daquele processo administrativo, e alguém, maldosamente, divulgasse algum documento constante dele, quem seria considerado o responsável por isso? Então, a partir do momento que me dirigisse à Copad e tivesse acesso aos documentos, eu seria responsável por qualquer informação que vazasse, até por ser considerado oposição ao prefeito municipal. Eu não estou discutindo quem é a pessoa à frente da direção da Copad, se ela tem capacidade ou não, se tem

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

43

isenção ou não. O prefeito foi condenado por um ato da comissão de licitação. Tenho a documentação mostrando que houve sim adulteração, eu só não sei se há participação do prefeito ou não nisso. Podem dizer que isso partiu de um servidor, mas eu não sei, porque não investiguei nada. Como vou eximir alguém, se não sei? Eu não estou com ilação, pois tenho documentos da própria administração, mostrando que há processo administrativo contra dois servidores que alteraram o sistema de classificação do Programa Minha Casa Minha Vida. Isso se deu porque eles quiseram ou foi a mando de alguém? É isso o que eu quero saber. O servidor fez isso para beneficiar um amigo, um vizinho ou para ganhar dinheiro? Foi a mando de alguém? Eu não sei quem está por trás da Copad nem quero saber, pois tenho a minha prerrogativa de investigar. Então, Vereador Elias, eu não fui até lá, porque terei que responder civil e criminalmente por qualquer vazamento de informação. Serei um louco se for até lá ou mandar alguém no meu lugar. Não estou desconfiando de ninguém, mas, infelizmente, o prefeito enfrenta um problema criminal, uma sentença condenatória em razão de um servidor que o colocou nessa saia justa. Eu não vou confiar em ninguém que não tenha me dado o direito de analisar os documentos e concluir pela isenção do prefeito ou não. Vereador Elias, aqui é o fórum legítimo para discutir essa questão, mas vou encaminhar ao Ministério Público, o qual não sei se vai querer investigar isso. Eu não gostaria de recorrer a esse órgão, até porque nós temos essa prerrogativa, mas terei que fazer isso. Se ele quiser, que investigue, pois não tenho o número suficiente de assinaturas e não irei até lá ver a documentação, já que, depois, correrei o risco de ser penalizado civil e criminalmente. Assim, farei o encaminhamento ao Ministério Público. Foi por isso, Vereador Elias, que falei ao jornal. Muito obrigado! / A seguir, teve início a **Ordem do Dia**. / Inicialmente, passamos à **1ª Discussão** do Projeto de Lei 118/2015 – David Alberto Lóss (Denomina via pública no Município de Cachoeiro de Itapemirim). / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Informo aos vereadores que a nossa sessão solene ocorrerá no dia 25/06 e gostaria que os colegas pedissem aos homenageados que chegassem lá às 19:00 horas. Isso porque não queremos que haja nenhum atraso e daremos início à solenidade às 19:30 horas. / **David Alberto Lóss**: — Sugiro que o cachoeirense ausente fale o mais cedo possível, já que, no final, o pronunciamento dele ficará muito prejudicado. Que o cerimonial estude uma maneira de isso se dar no início da sessão. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — O cachoeirense ausente será homenageado no começo mesmo, e terá um tempo de cinco a sete minutos para cada uma das homenagens. / **Brás Zagotto**: — O homenageado tem direito de levar quantas pessoas com ele? / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Quem está vendo esse negócio de mesa é a Camila, mas acredito que não podem levar muitos convidados, até porque não vão caber lá. Acho que poderá levar de uma a três pessoas. Os nomes dos homenageados que não forem entregues até sexta-feira de manhã não sairão no folder que vai para a gráfica. Aviso também aos colegas que, na terça-feira, às 14:00 horas, teremos sessão ordinária aqui. / **David Alberto Lóss, levantando questão de ordem**: — Presidente, solicito que o veto ao Projeto de Lei 76/2015 seja incluído na pauta do dia. Peço aos vereadores que o rejeitem, visto que o prefeito foi induzido a um equívoco. O parecer do procurador da Casa é favorável a que rejeitemos o veto. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Pedido acatado. / **Elias de Souza, levantando questão de ordem**: — Vereador David, em relação a

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

esse projeto, parece que o equívoco é da parte de V. Ex.^a. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — O presidente hoje vai pagar o jantar no D’Cesar, assim como fez o presidente do sindicato, que saiu daqui com doze pessoas, na terça-feira, e foi até lá, onde a comida é cara pra caramba. / **Luis Guimarães de Oliveira, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, peço vista ao veto ao Projeto de Lei 76/2015. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acatado. / **Fabrizio Ferreira Soares, levantando questão de ordem:** — Presidente, solicito que as matérias sejam apreciadas em bloco. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Pedido acatado. / Finalizando, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: enviando Votos de Congratulação:** 912, 913, 914, 915, 916, 918, 919, 920, 922, 923, 924, 925, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936 e 937/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 917 e 926/2015 – Brás Zagotto; 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953 e 954/2015 – Delandi Pereira Macedo; 959 e 960/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 961, 962 e 963/2015 – José Carlos Amaral; **921/2015 – Carlos Renato Lino** (Requer do Prefeito Carlos Roberto Casteglione Dias as seguintes informações: de quem é a titularidade da escola de Santo Alfeu, localizada na comunidade de Fruteira Quente, perto da propriedade dos Fornazier, no Distrito de São Vicente? Do Estado ou do Município? Sendo o Município o responsável, qual a dimensão do terreno onde funciona a referida escola? De quem é a titularidade da Escola Unidocente de Cantagalo, localizada perto da propriedade do Sr. Hiter Luiz Rabbi? Do Estado ou do Município? Sendo o Município o responsável, qual a dimensão do terreno onde funciona a referida escola? De quem é a titularidade da escola da família agrícola de São Vicente? Do Estado ou do Município? Sendo o Município o responsável, qual a dimensão do terreno onde funciona a referida escola?); **955/2015 – Rodrigo Pereira Costa** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 09/07/2015, das 9:00 às 12:00 horas); **Regime de Urgência** para apreciação dos Projetos de Lei 119, 120 e 123/2015; **Projetos: de Lei: 121/2015 – Poder Executivo** (Dispõe sobre a correção do valor da Unidade Padrão de Vencimentos – UPV’s, de que trata o artigo 14 da Lei Municipal 6.095, de 07/04/2008, o reajuste dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, e dá outras providências); **De Resolução: 12/2015 – Mesa Diretora** (Concede Comenda “Professor Deusdedit Baptista, e dá outras providências); **de Decreto Legislativo: concedendo Título de Cidadania Cachoeirense:** 150, 152 e 154/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; 153 e 192/2015 – Lucas Moulais; 157 e 158/2015 – Elias de Souza; 164 e 166/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 167 e 171/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 169, 170 e 188/2015 – José Carlos Amaral; 172/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 173 e 175/2015 – Osmar da Silva; 177 e 178/2015 – Brás Zagotto; 181 e 182/2015 – Delandi Pereira Macedo; 185 e 187/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 189/2015 – Ely Escarpini; 191 e 193/2015 – David Alberto Lóss; 196/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; **concedendo Homenagem Especial:** 151/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; **concedendo Comenda Camilo Cola:** 155/2015 – Osmar da Silva; 160/2015 – Elias de Souza; 163/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 176/2015 – Brás Zagotto; 180/2015 – José Carlos Amaral; 183/2015 – Delandi Pereira Macedo; 184/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 194/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 197/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 198/2015 – David Alberto Lóss; **concedendo Título de Empresário Presente do Ano:** 156/2015

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

– Alexandre Valdo Maitan; 159/2015 – Elias de Souza; 165/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 168/2015 – José Carlos Amaral; 174/2015 – Osmar da Silva; 179/2015 – Brás Zagotto; 186/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 190/2015 – David Alberto Lóss; 195/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; 210 e 211/2015 – Mesa Diretora; *concedendo Comenda Chefe Aroldo*: 161/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; *concedendo Comenda Luiz Rogério Fabrino*: 162, 208 e 209/2015 – Mesa Diretora; *concedendo Título de Cidadão Benemérito*: 199, 200 e 201/2015 – Mesa Diretora; *concedendo Medalha Acinor Fraga*: 202/2015 – Mesa Diretora; *concedendo Comenda Professor Deusdedit Baptista*: 203 e 204/2015 – Mesa Diretora; *concedendo Comenda Dr. Ubaldo Caetano Gonçalves*: 205, 206 e 207/2015 – Mesa Diretora; *concedendo Medalha do Mérito Legislativo*: 213/2015 – Mesa Diretora. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas e Rosemere Duarte Biazatti, redatoras de atas, lavramos após redigi-la. _____

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”